

**PAI, SEPARADO E POBRE:  
Entre as dificuldades e o desejo de uma paternidade plena**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Etiane Cristine de Oliveira

**PAI, SEPARADO E POBRE:  
Entre as dificuldades e o desejo de uma paternidade plena**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima de Souza Santos

Recife  
2010

**Oliveira, Etiane Cristine de**

**Pai, separado e pobre : entre as dificuldades e o desejo de uma paternidade plena / Etiane Cristine de Oliveira. – Recife: O Autor, 2010.**

**105 folhas: il., quadros.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2010.**

**Inclui: bibliografia, apêndices e anexos.**

**1. Psicologia social. 2. Paternidade. 3. Divorcio. 4. Pobreza. 5. Representações sociais. I. Título.**

**159.9  
150**

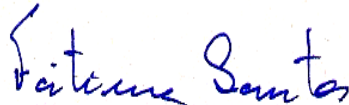
**CDU (2.  
ed.)  
CDD (22. ed.)**

**UFPE  
BCFCH2010/47**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO

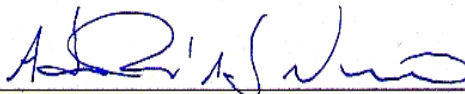
**PAI, SEPARADO E POBRE:  
Entre as dificuldades e o desejo de uma paternidade plena**

Comissão Examinadora:



---

Profª Drª Maria de Fátima de Souza Santos  
1º Examinador/Presidente



---

Prof. Dr. Adriano Roberto Afonso do Nascimento  
2º Examinador



---

Prof. Dr. Benedito Medrado-Dantas  
3º Examinador



---

Profª Drª Márcia Reis Longhi  
4º Examinador

Recife, 19 de fevereiro de 2010

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai Eduardo, porque escrever este trabalho me ajudou a conviver com a saudade que sinto.

A minha mãe Teresinha e a Jairo, pelas inúmeras provas de que o amor materno e o paterno vão muito além dos laços de sangue.

A Luci, Caio e Dina por terem me ensinado o verdadeiro sentido do amor fraterno.

## AGRADECIMENTOS

À Profª Drª **Fátima Santos**, pelo exemplo da mais perfeita combinação entre competência e humildade. E, acima de tudo, pela habilidosa capacidade de fazer com que eu confiasse mais em mim. **Muito Obrigada!**

Ao Prof. Dr. **Benedito Medrado**, por saber como ninguém despertar o interesse pelas investigações na perspectiva de gênero. Afinal, pagar a disciplina gênero e sexualidade, como aluna especial, foi um marco na minha trajetória acadêmica.

À Profª Drª **Márcia Longhi**, pela sua pesquisa etnográfica com homens-pais e pobres se tornar uma grande fonte de inspiração para este estudo. E ainda pelas preciosas considerações na qualificação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. **Lídio de Souza**, pela apreciação minuciosa e cuidadosa do projeto desta pesquisa na banca de qualificação e, principalmente, por ter apontado caminhos interessantes para o desenvolvimento deste estudo.

A **Lélio**, por me ajudar a ampliar os sentidos da paternidade.

A **Tetei**, pelo incomensurável carinho que sinto e pela certeza de que a distância não diminui o afeto.

Aos meus amados sobrinhos, **Maria Teresa, Lucas, Tito, José Jonas e Melissa**, pelo colorido que vocês trouxeram para nossa família.

A **Lili**, por fazer parte da nossa família de uma forma tão presente, amiga e cuidadosa com todos.

A **Hermes**, por ajudar a me cuidar e a ser cuidada.

A **Carol**, pela presença sempre tão constante na minha vida, permeada por muito carinho e admiração. **Muito obrigada** pela paciência e atenção dedicada a este trabalho.

Aos amigos de longas datas: **Daniely, Izabele, Verusca, Cristiane, Claudine, Ana Flávia e Estácio**, que sempre estiveram por perto e fizeram da trajetória deste estudo um percurso menos solitário.

Aos amigos do Mestrado: **Patrícia, Ana Flávia, Laura, Tadzia, Orlando, Normando, Ceça**, pelas angústias, alegrias e conhecimentos compartilhados.

Ao **grupo de estudo sobre representação social do Labint**, pelas leituras, discussões e pelo apoio a esta pesquisa.

A **Filipe e Nataly**, pela contribuição na aplicação dos questionários.

Ao **Gema**, que apesar da minha instável participação, contribuiu de forma significativa com reflexões intensas e ricas sobre a paternidade.

A **Aida**, pela gentileza, disponibilidade e atenção que sempre destinou aos alunos e professores deste mestrado.

Ao **GAJOP**, em nome de Valdênia Brito, por ter facilitado o desenvolvimento desta pesquisa.

À **equipe do Projeto Justiça Cidadã – Ana Lúcia, Augusto, Bento, Carlos, Clécio, Henauri, Hermínia, Leni, Maria, Márcia, Mariângela, Mona**, afinal, foi na nossa preocupação em desenvolver uma mediação mais justa que se esboçou o desenho do sujeito que eu gostaria de pesquisar.

À **FACEPE**, pelo financiamento do primeiro ano deste estudo, o que viabilizou a dedicação exclusiva à vida acadêmica.



À **FAVIP**, que, ao me integrar no corpo docente, ampliou os sentidos desse mestrado na minha vida profissional.

E, por fim, a todos os pais que se disponibilizaram a contribuir com esta pesquisa, meu **muito obrigada**, pela generosidade de compartilhar as suas histórias.

**O Filho Que Eu Quero Ter**  
(Toquinho/ Vinicius de Moraes)

É comum a gente sonhar, eu sei, quando vem o entardecer  
Pois eu também dei de sonhar um sonho lindo de morrer  
Vejo um berço e nele eu me debruçar com o pranto a me correr  
E assim chorando acalantar o filho que eu quero ter  
Dorme, meu pequenininho, dorme que a noite já vem  
Teu pai está muito sozinho de tanto amor que ele tem

De repente eu vejo se transformar num menino igual a mim  
Que vem correndo me beijar quando eu chegar lá de onde eu vim  
Um menino sempre a me perguntar um porquê que não tem fim  
Um filho a quem só queira bem e a quem só diga que sim  
Dorme menino levado, dorme que a vida já vem  
Teu pai está muito cansado de tanta dor que ele tem

Quando a vida enfim me quiser levar pelo tanto que me deu  
Sentir-lhe a barba me roçar no derradeiro beijo seu  
E ao sentir também sua mão vedar meu olhar dos olhos seus  
Ouvir-lhe a voz a me embalar num acalanto de adeus  
Dorme meu pai sem cuidado, dorme que ao entardecer  
Teu filho sonha acordado, com o filho que ele quer ter.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 1: Perfil sócio-econômico dos sujeitos investigados.....	<b>36</b>
Quadro 2: Caracterização dos participantes da entrevista.....	<b>38</b>
Quadro 3: Demonstrativo da organização dos dados analisados pelo EVOC.....	<b>43</b>
Quadro 4: Ser pai é... ..	<b>48</b>
Quadro 5: Ser mãe é... ..	<b>51</b>
Quadro 6: Ser pai separado da mãe dos seus filhos é... ..	<b>56</b>
Quadro 7: Eixos temáticos e subcategorias.....	<b>62</b>

# SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>12</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>13</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.2 Objetivo geral.....	17
1.3 Objetivos específicos.....	17
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>18</b>
2.1 Família e configurações.....	18
2.2 A Paternidade no contexto da ruptura conjugal de famílias pobres.....	24
2.3 O referencial da Teoria das Representações Sociais.....	31
<b>3. O MÉTODO</b> .....	<b>35</b>
3.1 Os participantes.....	36
3.2 A aproximação do campo.....	39
3.3 Os instrumentos de coleta.....	40
3.4 Os procedimentos de coleta.....	41
3.5 Os procedimentos de análise.....	43
3.5.1 Procedimentos de análise dos questionários de associação livre.....	43
3.5.2 Procedimentos de análise das entrevistas semi-estruturadas.....	44
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>48</b>
4.1 Associações livres.....	48
4.1.1 Ser pai é... ..	48
4.1.2 Ser mãe é... ..	52
4.1.3 Ser pai separado da mãe do filho é... ..	56
4.2 Entrevistas .....	59
4.2.1 Os homens-pais entrevistados.....	59
4.2.2 Organização dos dados da entrevista.....	62
4.2.3 Concepções sobre paternidade no casamento e na separação.....	64
4.2.3.1 Os impactos da paternidade na vida do homem.....	64
4.2.3.2 <b>Participação na vida dos filhos no casamento e na separação</b> .....	<b>66</b>
4.2.3.3 A concepção de provedor.....	71
4.2.3.4 A referência de autoridade na vida dos filhos.....	72
4.2.3.5 O sofrimento e a distância no exercício da paternidade pós-separação.....	74
4.2.3.6 O sentir-se desqualificado como pai diante da separação.....	75
4.2.4 Concepções sobre mãe e ex mulher.....	76
4.2.4.1 Quando a mãe dos filhos torna-se ex mulher.....	78

4.2.5 Sentimentos de (in)justiça.....	80
4.2.5.1 A guarda dos filhos.....	81
4.2.5.2 Reflexões sobre a pensão alimentícia.....	83
4.2.5.3 A ameaça da prisão diante da dificuldade de pagar a pensão alimentícia.....	85
4.2.6 Reflexos da pobreza no exercício da paternidade pós-separação.....	87
4.2.6.1 A relevância do trabalho na identidade do homem-pai, separado e pobre.....	89
<b>5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>101</b>
1) Carta de Anuência.....	101
2) Termo de Consentimento livre e esclarecido.....	102
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>103</b>
1) Questionário de associação livre.....	103
2) Roteiro da entrevista semi-estruturada.....	104

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as representações sociais de paternidade de homens-pais que são separados e pobres. Localiza-se no campo de estudos sobre família e utiliza como referencial a Teoria das Representações Sociais, por considerar que este norte teórico almeja romper com a dicotomia entre o social e o psicológico, assim como visa legitimar a importância do senso comum e práticas coletivas para a compreensão dos fenômenos sociais. A revisão da literatura priorizou estudos sobre as atuais configurações de família, enfatizando os arranjos familiares após a ruptura conjugal e as especificidades da organização familiar dos pobres urbanos. A pesquisa de campo se constituiu em duas etapas: a primeira a aplicação de um questionário de associação livre junto a 74 homens-pais, separados e pobres, seguida por entrevistas semi-estruturadas com 7 sujeitos que participaram do questionário. Os dados do questionário foram analisados pelo software EVOC, que facilita o reconhecimento da estrutura das representações sociais, com possíveis elementos centrais e periféricos. O material das entrevistas foi tratado através da análise de conteúdo, que organizou as discussões sobre a representação social da paternidade no contexto da separação e pobreza em torno de quatro eixos temáticos: a) Concepções sobre paternidade no casamento e na separação, b) Concepções sobre mãe e ex mulher, c) Sentimentos de (in)justiça e d) Reflexos da pobreza na paternidade pós-separação. Os dados permitem apreender representações sociais que transitam pelos diversos modelos de paternidade. Apesar do exercício paterno, após a separação estar muito vinculado ao pagamento da pensão alimentícia, foi possível averiguar que os homens-pais, separados e pobres, também assumem práticas de paternidade não tradicionais, ou 'em transição' no rumo da 'nova paternidade'.

**Palavras-chave:** paternidade, ruptura conjugal, pobreza, representação social

## ABSTRACT

This research has the aim to understand social representations of paternity in men-fathers who are separated and poor. It is located in the family studies area and use the Social Representation Theory, considering that such theoretical approach intends to extinguish the dichotomy between what is social and what is psychological, as well as it has as a goal to legitimate the importance of common sense and collective practices to understand social phenomenon. Literature review prioritized studies about the present family configurations, emphasizing the family formation after marital rupture and the specificities of family organization of poor urban people. The field research was constituted by two stages: the first one was the application of a free association questionnaire with 74 men-fathers, separated and poor, followed by semi-structures interviews with seven subjects who had already answered to the questionnaire. Data from the questionnaires were analyzed using EVOC software engine, which facilitates the recognition of social representation structure, with possible central and peripheral elements. The material collected through the interviews was submitted to Content Analysis, which organized the discussions about social representations of paternity in the context of separation and poverty in four thematic axes: a) Conceptions about paternity in marriage and in separation, b) Conceptions about being a mother and ex-wife, c) Feelings of (in) justice and d) Repercussions of poverty on paternity after separation. The results made possible to understand social representations that permeate diverse parenthood models. Even though the exercise of paternity after separation is very connected to child support, it was possible to verify that men-fathers, separated and poor, also take responsibility for nontraditional parental practices, or are “in transition” towards a “new paternity”.

**Keywords:** paternity, marital rupture, poverty, social representation

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre o tema da paternidade surgiu durante o exercício prático profissional no âmbito da psicologia jurídica no Projeto Justiça Cidadã, que é uma iniciativa do governo municipal do Recife, realizado em parceria com o GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares<sup>1</sup>.

Tal projeto utiliza-se da ferramenta da mediação de conflitos para estabelecer acordos de pensão alimentícia entre homens e mulheres, a maioria formada por moradores da periferia do Recife, que exercem ocupações de baixa qualificação profissional, possuem pouca escolaridade, recebem baixas remunerações, ou estão completamente à margem do mercado de trabalho.

O tema central das mediações de conflitos familiar é o estabelecimento do acordo de pensão alimentícia para os filhos de relações conjugais dissolvidas. Durante essas mediações, o tema da paternidade é geralmente colocado em xeque e, muitas vezes, está completamente associado ao provimento das necessidades básicas do filho.

O contexto social da pobreza, sob o ponto de vista dos homens que participam das mediações de conflitos, muitas vezes é caracterizado como a grande barreira para o exercício paterno, haja vista que eles se sentem impedidos de manterem os filhos com dignidade, além de não participarem ativamente do dia-a-dia da prole, devido à ruptura conjugal.

Também saltava aos olhos o incômodo de alguns homens ao perceberem que a ex companheira reivindicava a sua participação como pai somente através do pagamento da pensão alimentícia para os(as) filhos(as)<sup>2</sup>, o que, muitas vezes, gerava um sentimento de indignação diante desta redução do exercício paterno causada pelo desenlace conjugal. Neste contexto, era frequente que os homens-

---

<sup>1</sup> Este projeto foi criado em 2002 e tem como objetivo garantir o acesso ao direito e à justiça das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social (MONTEIRO, 2009)

<sup>2</sup> Apesar da linguagem também reproduzir as desigualdade de gênero, neste estudo a referência aos filhos passará a ser realizada no masculino, com intuito de deixar o texto menos poluído.



pais chamassem para si o direito de conviver mais com os filhos e de estabelecer uma relação de cuidados e preocupação com a educação da prole.

Foi nesta arena de conflitos entre homens e mulheres separados que a autora deste estudo percebeu a relevância de investigar a existência de possíveis práticas de paternidade diante da separação e da pobreza, que vão além do ato de prover, tais como o resgate afetivo da relação pai-filho, o desejo de obtenção da guarda e o interesse em se envolver mais com o cotidiano de cuidados com a prole, entre outras formas de se experimentar a vida familiar com os filhos após a separação.

Sendo assim, a experiência profissional como mediadora de conflitos despertou o interesse em aprofundar leituras e estudos sobre o universo masculino, enfocando o tema da paternidade, numa perspectiva psicossocial, considerando-se os recortes de classe e estado civil.

Aliado ao interesse profissional, no âmbito das produções científicas, o tema da paternidade emerge como foco de pesquisa devido às demandas atuais da sociedade, no sentido de compreender a importância das funções paternas em um contexto de mudanças sociais, o que acarretou um considerável aumento nas produções acadêmicas nas áreas das ciências sociais, saúde e, sobretudo, na psicologia. A crescente produção científica em torno do tema é comentada nos trabalhos de Dantas, Jablonski, Féres-Carneiro (2004); Perucchi (2008); Vieira (2008).

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, alertou para a importância da participação masculina em questões relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis, ao controle da natalidade e à participação masculina nos cuidados com os filhos. Desde então, os estudos sobre homens e paternidade ganharam lugar de destaque no meio acadêmico (ARILHA, UMBEHAUM, MEDRADO, 1998).

Desta forma, foi apenas a partir da década de 1990 que o tema da paternidade garantiu seu lugar nas produções científicas, e prossegue até os dias de hoje como objeto de estudo que desperta bastante interesse nos pesquisadores. No entanto, Levandowski, Picini (2006); Vieira (2008) e Rodrigues (2009) ressaltam que, apesar do significativo aumento do número de pesquisas que versam pela temática da paternidade, os estudos sobre mulheres e maternidade ainda são predominantes no âmbito acadêmico.

Também é importante ressaltar que, apesar do crescimento da quantidade de estudos, ainda há uma demanda de investigações que articulem o tema com o recorte de classe. Esta crítica é expressa na pesquisa antropológica de Longhi (2001) sobre a construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda, na qual a autora faz a seguinte consideração: “[...] o pai-pobre não tem despertado grande interesse como objeto. Sendo “ausente” o adjetivo que mais o qualifica, sua ausência na literatura também chama atenção.” (p. 26)

Estudos recentes sobre pobres urbanos mostram que a identidade masculina é fortemente ancorada no conceito de provedor econômico e moral<sup>3</sup>, o que caracteriza o modelo tradicional de paternidade (SARTI, 2007; BUSTAMANTE, 2005; LONGHI, Op. cit.). Partindo do princípio de que este grupo apresenta condições desfavoráveis para arcar com o padrão hegemônico de masculinidade, reforçado pelo modelo tradicional de paternidade, torna-se relevante o desenvolvimento de pesquisas que abordem este público, para que possam contribuir com a elaboração e efetivação de políticas públicas, programas e serviços voltados para homens.

Desta forma, o presente estudo recorreu ao suporte teórico das representações sociais, no intuito de compreender como a paternidade é concebida em um contexto de pobreza, que dificulta o estabelecimento do homem-pai no papel de provedor; bem como a distância no convívio diário, imposta pela separação, e o dever judicial de arcar com as despesas da prole. Diante desse contexto, a pesquisa propõe a seguinte pergunta: **Quais concepções são construídas sobre paternidade no contexto da ruptura conjugal de famílias pobres**<sup>4</sup>? Para obter respostas a este questionamento, a investigação recorre aos seguintes objetivos:

---

<sup>3</sup> Segundo Sarti (2007), este conceito refere-se ao homem como provedor da família no sentido econômico e moral, o que significa garantir a habitação, a alimentação e o respeito.

<sup>4</sup> O tema pobreza será abordado nesta pesquisa com a mesma perspectiva utilizada por Sarti (Op. cit) em seu estudo sobre a moral dos pobres: “a pobreza será tratada a partir do significado que ela tem para quem a vive, para quem se situa socialmente entre os que são designados pela sociedade como “pobres”: vivem em bairros periféricos, exercem ocupações com baixa qualificação profissional, estão entre os que têm mais baixa escolaridade, recebem as mais baixas remunerações... Isso significa articular a condição de pobreza não apenas ao sistema que a gera, mas à problemática existencial de quem a vive” (p.12)

### **1.1. Objetivo geral**

Compreender as condições de produção da representação social da paternidade de homens-pais, separados<sup>5</sup> e pobres.

### **1.2. Objetivos específicos**

- Investigar as representações sociais de paternidade que orientam as práticas de paternidade dos homens-pais, que se encontram em situação de ruptura conjugal e inseridos em um contexto social de pobreza;
- Identificar os modelos de paternidade que interferem nas posturas parentais de famílias pobres;
- Analisar o conteúdo das representações sociais de paternidade para homens-pais, separados e pobres;
- Verificar a avaliação que os homens fazem sobre sua vivência da paternidade após a separação.

Com o intuito de orientar a leitura desta dissertação, foram organizados cinco capítulos, sendo este o primeiro, que teve como proposta apresentar como surgiu o interesse da autora pela temática da pesquisa, assim como expor os objetivos do estudo. O segundo capítulo levanta discussões sobre família e as possíveis configurações diante da diversidade de arranjos familiares e contextos sociais presentes na contemporaneidade, com enfoque voltado para o exercício da paternidade no contexto da ruptura conjugal de famílias pobres. Ainda no segundo capítulo, serão expostos os preceitos teóricos da Representação Social, que dão suporte epistemológico a este estudo. Já o terceiro capítulo trata das questões referentes ao método, percorrendo desde a caracterização dos participantes até os procedimentos utilizados na análise dos dados. O quarto expõe a análise dos resultados e discussões obtidas na aplicação dos questionários e entrevistas. Por fim, serão apresentadas algumas reflexões e considerações sobre o material analisado.

---

<sup>5</sup> Na presente investigação, divórcio e separação conjugal não serão diferenciados.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Famílias e configurações**

Segundo Bucher (1999), o crescente acervo da literatura acadêmica sobre novos arranjos familiares é justificado pela constatação da diversidade dos modelos de família na contemporaneidade, evidenciados em estatísticas de vários países do mundo, que apontam para o crescente número de divórcios, famílias chefiadas por mulheres, mães solteiras, homens solteiros ou viúvos que criam sozinhos seus filhos, entre outras formas de constituição familiar. Diante desse cenário, observa-se que algumas organizações familiares - como uniões homoafetivas, uniões estáveis, famílias reconstituídas - obtêm mais visibilidade e tornaram-se alvos de pesquisas e produções científicas.

Também é possível observar que a família tornou-se alvo das atenções no debate político-social ao observar que o contexto familiar é percebido como a base das estratégias para a condução de políticas públicas. Desta forma, a demanda para compreender os atuais arranjos familiares e os sentidos atribuídos a cada uma das configurações norteiam muitas das inquietações acadêmicas, que pretendem auxiliar na construção de programas e projetos sociais que compreendam a família como foco das atenções para a construção do bem estar humano. (ACOSTA, VITALE, 2003; PETRINE, 2005).

De acordo com Sarti (2003), a discussão sobre a concepção de família no século XXI “implica a referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos. Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam” (p.21). Para a autora, a ideia outrora sustentada de que a família é regida como elemento natural, fundamentado apenas em um aspecto biológico, não consegue mais se sustentar, pois fica evidente que as configurações familiares se constituem diante de cada contexto histórico específico.

Para fundamentar o quanto as configurações familiares se organizam em torno de contextos sócio-históricos, a autora acima referida resgata alguns eventos sociais que repercutiram diretamente na constituição familiar, como a revolução

industrial, por exemplo, que estabeleceu a distinção entre o universo do trabalho e o âmbito familiar, configurando, assim, a dimensão privada da família. Também ressalta o quanto o trabalho remunerado da mulher e a popularização da pílula anticoncepcional modificaram os arranjos familiares. (SARTI, 2003).

Ainda segundo Sarti (Op. Cit. p.24), alguns documentos do âmbito jurídico ajudaram a questionar a concepção naturalizada da família, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que instituíram mudanças referentes à concepção de família, como o fim da chefia suprema masculina nas decisões familiares, tornando o relacionamento conjugal uma sociedade de direitos entre homens e mulheres. Tais documentos também deram fim à diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, afirmando a diversidade de possibilidade de arranjos familiares e passaram a considerar a convivência familiar como um direito da criança e do adolescente, fundamentando uma legislação que orientasse a vida familiar diante dos casamentos desfeitos.

De acordo com Goldani (1993), os estudos feministas sobre família enfatizam que as mudanças nas estruturas familiares são percebidas como parte de um processo mais amplo de transformações econômico-sociais que giram em torno do aumento de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento do número de mães solteiras e de separações e divórcios.

No que se refere ao impacto do divórcio nos arranjos familiares brasileiros, a pesquisa Estatística de Registro Civil do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelou que, no ano de 2007, foram realizados 916.006 casamentos e 231.329 divórcios no território brasileiro. Ou seja, para cada quatro matrimônios, foi registrada uma dissolução. Ainda de acordo com o órgão de pesquisa, o divórcio atingiu sua maior taxa na série mantida pelo IBGE, com um crescimento de mais de 200%, passando de 0,46%, em 1984, para 1,49%, em 2007.

O aumento do número de divórcios pode ser explicado não só pela mudança de comportamento na sociedade brasileira, mas também pela criação da Lei 11.441, de 04 de janeiro de 2007, que desburocratizou os procedimentos de separações e de divórcios consensuais, permitindo aos cônjuges realizarem a dissolução do casamento, através de escritura pública, em qualquer tabelionato do país.

(IBGE, 2007)

Dados sobre divórcio e separação fornecidos pelo IBGE serviram de inspiração para a investigação de Jablonski (2005), que analisou a “crise do casamento contemporâneo” a partir dos dados obtidos entre os anos de 1980 e 1994, quando se observou que o número de divórcios triplicou, enquanto os casamentos registrados em cartórios diminuíram em 12% no mesmo período.

As Estatísticas do Registro Civil também direcionam algumas reflexões sobre a repercussão da ruptura conjugal no exercício da parentalidade de homens e mulheres, pois elas apontam para a hegemonia das mulheres na guarda dos filhos. No ano de 2007, em 89,1% dos divórcios, a responsabilidade pela guarda os filhos foi concedida às mulheres (IBGE, Op. Cit.).

A supremacia das mulheres na obtenção da guarda se tornou alvo de pesquisa para Ridenti (1998), que utilizou o exemplo da custódia dos filhos para analisar a desigualdade de gênero nas relações parentais. A autora afirma que as distinções socialmente construídas do gênero definem atribuições específicas para homens e mulheres no que se refere ao cuidado com os filhos, além de haver uma reiteração das instâncias jurídicas que, através do direito de família, também considera a mãe como a responsável “natural” pelo cuidado educacional-afetivo da prole. Assim sendo, a desigualdade de gênero está devidamente refletida, tanto na esfera social, quanto na das varas de família e tribunais.

Apesar da Constituição Federal de 1988 legitimar a condição de igualdade entre homens e mulheres no casamento e do novo Código Civil esclarecer que, no caso de separação consensual, a guarda dos filhos deverá seguir a decisão dos pais, para Ridenti (Op. cit.), a lei não explicita claramente o direito do pai à custódia de seus filhos e ressalta que “[...] o direito paterno é presumido e garantido somente se a mulher for considerada incapaz de assumir a custódia” (p.180). Esta postura, segundo a autora, favorece a formação de guetos intocáveis de poderes femininos e masculinos.

Nesse sentido, Brito (1997) apresenta a inquietação masculina diante do efeito frequentemente observado com o advento da separação, que é o enfraquecimento do vínculo do homem com a prole, diante do afastamento do convívio diário entre pai e filhos, já que este passa a ser “pai de fim de semana”. A autora reitera a ideia de que a primazia atribuída à mulher na custódia dos filhos reforça as desigualdades de gênero no exercício da parentalidade, ao reduzir o

papel dos homens-pais, ao de provedores econômicos e detentores do direito de conviver com os filhos apenas em encontros quinzenais.

O momento de ruptura conjugal apresenta-se como catalisador para a crise e a mudança no contexto familiar, pois gera inúmeras transformações e propõe uma reorganização das atribuições de cada um de seus integrantes, assim como da própria estrutura familiar. Desta forma, alguns estudos observam como a separação, o divórcio e a reconstituição familiar provocam mudanças na constituição das famílias e a influência que a separação conjugal possui sobre as relações de gênero, mais especificamente no exercício da paternidade. (ALMEIDA, 2009; BRITO 2008; VIEIRA, 2008; DANTAS, JABLONSKI, FÉRES-CARNEIRO, 2004; RIDENTI, Op. cit.)

Segundo Henningen (2003), o rápido crescimento do número de separações/divórcios e o afastamento do pai na convivência diária com os filhos, geraram uma vertente de pesquisa sobre as consequências da “ausência” do pai, em que se problematiza o processo de desenvolvimento dos filhos. Já as pesquisas que visam compreender as vicissitudes do universo masculino, entre elas, a paternidade no contexto de ruptura conjugal, surgem a partir de estudos sobre a mulher, impulsionados pelo movimento feminista, que se apresenta inquietado com as construções sociais dos papéis de gênero para a constituição da maternidade e da paternidade.

Atualmente, é possível observar o despontar de pesquisas no âmbito da psicologia que tratam da guarda compartilhada, com o objetivo de discutir a implicação da desigualdade de gênero no exercício da parentalidade após a separação. Afinal, em 2008, foi sancionada no Brasil a lei de guarda compartilhada que visa dividir entre o homem e a mulher a responsabilidade legal sobre os filhos, evitando assim a incidência de homens-pais, que ficam à margem do cuidado e convívio diário. (ALMEIDA, 2009; BRITO, 2005; GRISARD, 2005; PERES, 2002)

No entanto, Almeida (2009) ressalta que o modelo proposto pela lei de guarda compartilhada é pouco difundido, prevalecendo ainda a atribuição da guarda mono parental, na grande maioria dos casos à mãe (em 89,1% dos divórcios realizados no ano de 2007, como já mencionado anteriormente) . Nesse sentido, pode-se inferir que o lento acolhimento da proposta pela guarda compartilhada pode ser reflexo da dificuldade de romper com o discurso naturalizante de que cabe à mulher realizar os cuidados infantis, por esta ser instintivamente mais apta para cuidar da prole (BADINTER, 1985).

Ao transitar pela literatura sobre conjugalidade, separação e reconstituição familiar, observa-se que a maioria das pesquisas que aborda o tema da ruptura conjugal é desenvolvida com sujeitos oriundos das camadas médias urbanas, o que sugere o levantamento da hipótese de que existe um desinteresse em articular o problema nos contextos de pobreza.

No levantamento bibliográfico acerca da conjugalidade com famílias pobres, foi possível observar algumas pesquisas na área das ciências sociais que dedicaram atenção aos arranjos familiares dos pobres e tocaram em alguns aspectos sobre a ruptura conjugal, como o estudo sobre a moral dos pobres de Sarti (2003; 2007) e o estudo sobre a circulação de crianças de Fonseca (1995; 2004).

A partir da observação de Sarti (2003) de que as famílias pobres são frequentemente estigmatizadas como desestruturadas, é possível inferir que o desinteresse em investigar a conjugalidade dos pobres deve-se ancorar na máxima da “desorganização afetiva” em que essas famílias se encontram.

Para Fonseca (2008), a estigmatização é fundamentada na ideia de que as famílias pobres não correspondem ao modelo nuclear dito “normal” das camadas médias, o que “impediu gerações de pesquisadores de atentar para a diversidade de dinâmicas familiares no Brasil” (p. 513)

Neste sentido, a autora acima direcionou boa parte dos seus estudos para as dinâmicas familiares em grupos populares e, ao focar a conjugalidade, percebeu uma falta de registros sobre essa prática entre as famílias pobres do século passado para, então, questionar: será que separações conjugais não eram comuns? E quando se ateu aos processos jurídicos daquela época encontrou “uma sociedade de pessoas que se esquivavam de controles legais: juntavam-se sem casar, pariam filhos sem fazer certidão de nascimento, separavam-se sem fazer divórcio” (FONSECA, 2008. p, 523.)

Em estudos com famílias pobres na contemporaneidade, Fonseca (2004. p, 53) destacou que algumas práticas conjugais observadas no estudo acima referido ainda permanecem, com destaque para a prevalência de uniões consensuais e do alto índice de instabilidade conjugal entre os pobres.

Alguns autores argumentam que a frequência de rupturas conjugais nas famílias pobres pode ser fundamentada na incapacidade de arcar com o modelo hegemônico da família nuclear das camadas médias urbanas, o que gera uma série de expectativas impossíveis de serem cumpridas, principalmente pelos homens



pobres que não conseguem arcar com o papel de pleno provedor do lar. Assim, Sarti (2007) afirma que “dada a configuração das relações de gênero, o homem se sente fracassado, e a mulher vê rolar por água abaixo suas chances de ter alguma coisa através do projeto do casamento” (p,29)

Ao perceber a família como uma constante construção sócio-histórica, não é possível estabelecer padrões rígidos para conceber as relações familiares. Desta forma, as mudanças familiares também têm sentidos diversos para os diferentes segmentos sociais, não podendo haver apenas um único referencial de família, como o modelo nuclear tradicional que é habitualmente utilizado como universal (AMAZONAS *et alli*, 2003; FONSECA, 1995; BUSTAMANTE, TRAD, 2005; SARTI, 2007)

Vale ressaltar ainda que a família pobre vai de encontro à hegemônica ideia de família nuclear, configurando-se não como núcleo e sim como uma rede, que envolve relações de parentescos mais amplas, que se estende aos amigos e vizinhos. No entanto, Sarti (2003) atribui destaque à relação entre pais e filhos como o vínculo mais forte e que atribui sentido ao casamento. Mas é justamente na relação de cuidados com a prole que, muitas vezes, se amplia a concepção de família, sendo comum a circulação de crianças entre diferentes mães de criação. (FONSECA, Op. cit)

No que se refere às relações de gênero na dinâmica das famílias pobres, a literatura aponta que os papéis são definidos de acordo com uma divisão sexual do trabalho e de relações hierárquicas entre homens e mulheres. Nesse contexto, a autoridade da mulher gira em torno da maternidade e da ordem doméstica. Ao homem cabe o provimento do lar e a respeitabilidade familiar. (SARTI, 2003, 2007; FONSECA, 1995, 2004, 2008; BUSTAMANTE, TRAD, 2005)

Ao observar o lugar que o homem-pai ocupa na dinâmica das famílias pobres, Longhi (2001) considera a seguinte situação problema: “não sendo capaz de prover sua família e corresponder ao papel definido a priori, desencadeia-se uma série de consequências que despertam, estas sim, o interesse da academia” (p. 31-32)

Diante da impossibilidade de exercer a paternidade via o provimento do lar, também chama atenção a fragilidade do vínculo conjugal das famílias pobres, sendo esses dois elementos que implicam diretamente na experiência de ser pai. Para fundamentar este estudo, faz-se necessário voltar o olhar para algumas produções acadêmicas sobre paternidade que discutem separação e pobreza.

## 2.2 A paternidade no contexto da ruptura conjugal de famílias pobres

De acordo com Fein (1978 *apud* RAMIRES 1997), as concepções sobre paternidade incluem três perspectivas: a tradicional, a moderna e a emergente. De acordo com esses modelos, a perspectiva tradicional é fortemente centrada na figura do provedor do lar, que oferece suporte emocional para a mulher tomar conta dos filhos, mas, praticamente, não estabelece envolvimento direto com a prole, com que estabelece uma referência de poder e autoridade.

Enquanto isso, o modelo de paternidade respaldado na perspectiva moderna enfatiza a importância do papel do pai no desenvolvimento da criança, assim como alerta para as consequências da ausência paterna na vida dos filhos, pois compreende que o pai tem um papel importante no desenvolvimento moral, educacional e emocional da prole (RAMIRES, 1997).

Já a perspectiva emergente origina-se na idéia de que os homens são psicologicamente capazes de participarem ativamente dos cuidados com a criação dos filhos. Para Ramires (Op. Cit, p. 32), “essa nova perspectiva acerca da paternidade conduz necessariamente a uma mudança na política social que possa dar suporte às novas formas de exercício da paternidade”.

Diante da constatação de que a paternidade é concebida não somente pelo seu caráter biológico, mas também em uma dimensão psicológica e social, devem-se levar em consideração as condições afetivas e sociais que compõem o cenário da experiência de ser pai para, então, compreender, de forma mais ampla, os significados, sentidos e valores da vivência paterna. Nesse sentido, o contexto sócio-econômico e o estado civil do pai estão imbricados diretamente nas representações sociais da paternidade.

Como afirma Longhi (2001, p. 26), “a paternidade não é um tema novo, nem tampouco de interesse restrito à antropologia. A sociologia e, principalmente, a psicologia têm trazido contribuições a esta área de conhecimento”. No entanto, a psicologia parece não apresentar um interesse peculiar em articular o tema da paternidade com a situação de ruptura conjugal das famílias pobres. Como foi dito anteriormente, a maioria dos estudos que voltaram o olhar para a conjugalidade dos pobres são oriundos das ciências sociais.

No que se refere aos estudos anteriores sobre o tema da paternidade com histórico de ruptura conjugal, a presente investigação apoia-se em algumas

pesquisas da antropologia e da psicologia, entre as quais destacam-se os estudos de Dantas, Jablonski, Féres-Carneiro (2004); Fonseca (2004); Silva (2005); Perucchi, Beirão (2007); Vieira (2008); e Brito (2008)

Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro (2004) buscaram investigar a formação da identidade masculina e a construção/manutenção do vínculo afetivo entre pai e filhos após a ruptura conjugal. Diante desse objetivo, observam que, nos momentos de redefinição familiar, os pais separados mesclam com as mães dos seus filhos as responsabilidades com os cuidados, educação e provisão das questões materiais.

Por outro lado, Perucchi & Beirão (2007) analisaram a paternidade, a parentalidade e as relações de gênero sob a ótica das mulheres chefes de família, que cuidam sozinhas dos seus filhos e não coabitam com cônjuge ou companheiro. A coleta de dados foi realizada através entrevistas semi-estruturada com mulheres-mães que mantinham sozinhas o sustento familiar, sobre as quais apresentaram-se as seguintes considerações: uma valorização do pai para além do provedor, ressaltando o papel de educador na vida dos filhos. Vale ressaltar que tanto a pesquisa de Perucchi, Beirão (2007) quanto a investigação de Dantas, Jablonski & Féres-Carneiro (2004) foram realizadas com famílias oriundas de camadas médias urbanas.

Diante da mesma perspectiva, que sugere a participação paterna no cuidado educacional-afetivo na vida dos filhos, Vieira (2008) apresenta um estudo fundamentado na teoria das representações sociais sobre a guarda paterna. Entre os sujeitos pesquisados, apresenta-se um grupo de 11 homens que são separados e detêm a guarda do filho, caracterizando o que alguns autores chamam de 'nova paternidade', marcada pelo exercício paterno através de uma relação de proximidade afetiva e pelo envolvimento nos cuidados diários com os filhos. Quanto aos resultados das representações sociais de paternidade constituídas por esse grupo, a autora alertou para a presença de elementos que caracterizam o modelo tradicional de paternidade, assim como elementos pertencentes ao conceito de 'nova paternidade'. O nível sócio-econômico dos participantes concentrava-se na classe média, mas três participantes eram oriundos de classes populares.

Porém, quando a discussão sobre paternidade se dá em um contexto de litígio conjugal, em que a figura do pai é questionada no seu caráter biológico, o estudo de Fonseca (2004) aponta para uma diversidade de facetas que perpassam

as esferas jurídica e médica, além da influência dessas instâncias sobre as relações de gênero e de parentesco na sociedade contemporânea.

Dessa forma, no *paper* intitulado “A certeza que pariu a dúvida”, Fonseca (Op. Cit.) apresenta os resultados de sua investigação em diversos órgãos jurídicos de Porto Alegre, onde acompanhou audiências com pessoas envolvidas em disputas judiciais que dizem respeito à identificação paterna através do exame de DNA. Esses processos refletiam a solicitação de homens que procuram desfazer um vínculo legal de paternidade que já existe, o que subentende que o pai encontra-se em litígio e ruptura conjugal com a mãe dos filhos.

[...] há homens que, por não terem afinidades com a mulher, rejeitam qualquer relação com o filho; e, contrariamente, existem homens (em particular padrastos) que assumem o status paterno, mesmo sabendo que não existe fundamento biológico nenhum para essa relação.

(FONSECA, 2004, p.16)

Sendo assim, a autora ressalta o aspecto afetivo/social como sobreposto do caráter biológico da relação de paternidade e ressalta que a certeza tecnológica do DNA, muitas vezes acionada nos casos de ruptura conjugal, traz para o campo das relações familiares contemporâneas um julgamento técnico, com viés determinante da biologia, para a “resolução” de uma questão eminentemente social e afetiva, como o caso da paternidade.

Já o estudo de Brito (2008), intitulado “Rompimento conjugal e parentalidade: impasses e (des)orientações”, realizou uma coleta de informações sobre os impactos da ruptura conjugal com pais e mães separados e com os filhos de pais separados sobre os desdobramentos da separação na vida de cada um desses membros da família, buscando identificar as modificações experimentadas na relação entre pais e filhos na vida familiar pós-divórcio. Participaram desse estudo 46 sujeitos, entre pais, mães e filhos com histórico de separação, provenientes da classe média do Rio de Janeiro.

Seguindo a linha de estudos que privilegiam sujeitos das camadas médias urbanas, a pesquisa de Silva (2005) reflete sobre a identidade do pai após a separação. A autora observou o relevante número de ações nas varas de família na cidade de São Paulo, cujo requerente é o pai que deseja garantir uma relação de

maior proximidade com os filhos após o desenlace conjugal. O que evidencia o interesse dos pais pelo envolvimento com o cotidiano de cuidados com a prole e a negação em exercer a paternidade pós-separação apenas pelo viés econômico.

Ao transitar por essas literaturas sobre ruptura conjugal, fica mais uma vez evidente o desinteresse em articular paternidade e conjugalidade nos contextos de pobreza, o que revela a importância de investigar como se dá a relação entre pai e filho, quando estes não convivem diariamente na mesma casa, e se a pobreza colabora para um maior afastamento do homem com relação ao filho, devido à impossibilidade de arcar com o papel de provedor.

Observa-se que a relevância de estudos sobre homens e paternidade surge em um cenário no qual o papel definido e estabelecido para o homem no contexto social foi estremecido a partir da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho, entre outras conquistas que caracterizam a emancipação feminina, assim como o alto índice de desemprego dos homens, que coloca em questão o lugar do homem e da mulher na família e na sociedade.

Nesse cenário, o modelo tradicional de masculinidade e de paternidade caracterizados por um homem que arca com as despesas financeiras e é a referência moral da família, é uma herança do patriarcado de difícil manutenção. Afinal, as transformações sócio-econômicas e políticas, além das redefinições provocadas pelo feminismo sobre o papel das mulheres na sociedade, sugerem novas referências de masculinidade na contemporaneidade.

Nesse sentido, alguns autores chamaram esta instabilidade do lugar do homem contemporâneo de “Crise da masculinidade”, que é marcada pelo desconforto do homem na relação com parceiras, mulheres e filhos, fazendo com que estes questionem o seu papel como homem, pai e companheiro (NOLASCO, 1993; MEDRADO, 1997; TREVISAN 1998; RIBEIRO, 2000). De acordo com Nolasco (Op. cit.), o desconforto masculino parece surgir quando os homens adotam um modelo tradicional, que não atende às demandas da sociedade contemporânea.

O modelo tradicional de paternidade, que sugere o exercício paterno através do provimento do lar, gera nos homens que são pais e pobres o sofrimento da aniquilação paterna; pois, devido às condições sócio-econômicas do país, esses homens encontram-se cada vez mais impedidos de executar o pleno papel de provedor.

Como pode ser observado em estatísticas nacionais, o crescente número de domicílios que estão sob a responsabilidade feminina expõe a fragilidade de um modelo de paternidade sustentado apenas pelo viés econômico. Na cidade do Recife, por exemplo, 38,75% dos domicílios têm a mulher como pilar econômico, segundo dados do IBGE (2007)

Esse dado é reforçado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2003), segundo o qual, na cidade do Recife, nos níveis mais baixos de escolaridade, a proporção de mulheres chefes de domicílio superou a de homens. Ressalta ainda que, nesse cenário, destacam-se as mulheres responsáveis pelo domicílio que são analfabetas, sendo esta condição uma característica marcante da população pobre do Brasil.

No que se refere à configuração de famílias pobres, especificamente as que são chefiadas por mulheres, Sarti (2007) faz a seguinte colocação sobre a atuação dos papéis masculinos e femininos no contexto familiar de pobreza:

[...] Nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de “chefe” (de autoridade) e definir-se como tal. A autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família, funções masculinas, porque o papel de provedor a reforça de maneira decisiva. Entretanto, a desmoralização ocorrida pela perda da autoridade que o papel de provedor atribui ao homem, abalando a base do respeito que lhes devem seus familiares, significa **uma perda para a família como totalidade**, que tenderá a buscar uma compensação pela substituição da figura masculina de autoridade por outros homens da rede familiar.

(SARTI, 2007, p. 67, **grifos da autora**)

Para a autora, a pobreza afeta diretamente o homem, pois esse tem sua identidade muitas vezes fundamentada no papel de provedor da família, o que os tornam sensíveis à recessão e à recuperação econômica. Desta forma, ressalta que a vulnerabilidade da família pobre, quando centrada no pai/provedor, repercute na frequência de rupturas conjugais, respaldadas no não cumprimento das expectativas criadas em torno da figura masculina, que se sente “fracassado” por não garantir o sustento da família. (SARTI, Op. cit., p. 6).

Diante da reverberação que a pobreza exerce sobre a identidade masculina e da influência que a situação econômica provoca no exercício da paternidade, para

realizar esta pesquisa, foi necessário buscar uma maior fundamentação em alguns estudos realizados anteriormente, que investigaram as relações parentais nas famílias pobres do Brasil. As pesquisas de Longhi (2001); Bustamante (2005); Bustamante Trad (2005); Toneli *et alii* (2006); Sarti (2007) foram essenciais para uma maior compreensão desta problemática e serviram de inspiração para o desenvolvimento desse estudo.

A pesquisa de Longhi (2001) partiu de três eixos fundamentais para compreender os lugares possíveis de concretização da relação pai e filho, que são: os conceitos de família, de pobreza e de masculinidade, para, então, observar, através da fala de filhos adolescentes do sexo masculino e dos homens-pais, como se dá o vínculo paterno. No estudo etnográfico, realizado na cidade do Recife com moradores da favela do Bode, no bairro do Pina, o conceito de provedor apareceu com amplo sentido polissêmico, o que permitiu analisar outras formas de provimento paterno, tais como provedor de conhecimento, de proteção, de autoridade, além do clássico conceito de provedor econômico.

Ainda em uma perspectiva antropológica, Bustamante (2005) realizou uma pesquisa de cunho etnográfico com homens pobres, pais de crianças menores de seis anos, na qual o objetivo principal era o de conhecer as vivências em torno da paternidade, através da relação entre os discursos e as práticas. Na pesquisa, a autora observou que se sentir pai não é algo determinado pelo laço biológico com a criança, e, sim, fortemente influenciado pela qualidade da relação com a mãe do filho e pela própria experiência como filho. Também ressaltou que, no contexto de pobreza, ser provedor é uma condição necessária para ter uma relação afetiva com os filhos e os cuidados domésticos com a criança são considerados pelos pais como uma característica plenamente feminina.

No que se refere aos cuidados domésticos dos homens-pais com os filhos em um contexto social de pobreza, Bustamante e Trad (2005) realizaram estudo sobre a participação paterna no cuidado de crianças pequenas em famílias de camadas populares, através de uma pesquisa etnográfica, desenvolvida a partir de observação participante e de entrevistas com famílias moradoras da periferia de uma capital nordestina. Como resultado, foi observada a identificação dos homens com o exercício de papéis tradicionais de gênero, mas também foram verificadas algumas dimensões da atuação masculina no que se referem aos cuidados

doméstico com crianças pequenas, tais como proximidade física e emocional com os filhos.

Por outro lado, Sarti (2007), em seu trabalho acadêmico denominado “A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres”, realizou um estudo que abrangeu as relações familiares enfocando não apenas a relação paterna, mas a amplitude dos arranjos afetivos que surge no âmbito familiar dos pobres. O estudo apresentou dados de uma pesquisa etnográfica com famílias de baixa renda da periferia paulistana e enfocou as relações de gênero entre pais e filhos, marido e mulher, e como se dá a relação entre vizinhos. A autora pôde observar o quanto a condição de pobreza abala a estrutura psíquica e as relações sociais do homem que não consegue arcar com todas as despesas do lar.

Já o estudo das pesquisadoras Toneli, Beiras, Lodetti, Lucca, Gomes & Araujo (2006) investigou casais de famílias pobres e obteve informações sobre práticas de paternidade de cunho mais igualitário no que se refere aos afazeres domésticos e aos cuidados com a prole. No entanto, também foi identificado que a participação masculina na arena de cuidados domésticos caracterizou-se como menos efetiva do que a contribuição das mulheres.

Apesar de alguns pesquisadores apontarem para outros modelos de paternidade, tais como a perspectiva moderna, que enfatiza o papel do pai no desenvolvimento moral, educacional e emocional dos filhos, e a perspectiva emergente, que alega a capacidade do pai em participar ativamente dos cuidados com a criação dos filhos, os estudos anteriormente citados sobre pobres urbanos (LONGHI, 2001; SARTI, 2007; BUSTAMANTE, 2005) mostram que a identidade do pai que pertence às camadas populares é fortemente ancorada no conceito de provedor econômico e moral, mesmo que o contexto sócio-econômico não favoreça a apropriação do homem nesse papel.

Trindade *et alli* (1997), ao investigar as possíveis transformações das práticas parentais e das representações sociais sobre paternidade, também observou que as representações ainda estão fortemente impregnadas pela perspectiva tradicional. Porém, algumas mudanças nas práticas de paternidade são sinalizadas, principalmente entre os pais da década de 80, com escolaridade superior, subentendendo-se que essas mudanças perpassam os homens das camadas médias urbanas.



No entanto, é possível perceber após esse passeio por algumas produções acadêmicas que circulam no terreno da paternidade, pobreza e separação, que a referência de provedor não é a única experimentada pelos pais oriundos das camadas pobres. Apesar da permanência de concepções tradicionais, já se aponta para um processo de mudança também nas representações sociais da paternidade dos homens-pais, pobres.

### **2.3. O referencial da teoria das representações sociais**

Com o intuito de investigar o processo de construção da representação social da paternidade dos homens-pais que estão separados da mãe dos filhos e vivem em um contexto social de pobreza, escolheu-se o suporte teórico da Teoria das Representações Sociais (TRS), levando-se em consideração que essa teoria almeja romper com a dicotomia entre o social e o psicológico, assim como visa legitimar a importância do senso comum e das práticas coletivas para a compreensão dos fenômenos sociais.

Como foi dito anteriormente, observa-se que as concepções sobre paternidade agregam elementos da cultura tradicional do patriarcado com algumas propostas de uma nova paternidade. Desta forma, acredita-se que o estudo das representações sociais permite possibilidades de análise para compreensão da mobilidade do discurso e das práticas sociais, “conseguindo captar os movimentos de mudança e, ao mesmo tempo, identificando conteúdos estáveis considerados centrais para aquela representação” (VIEIRA, 2008 p.31).

É nesse sentido que diversos autores têm utilizado a Teoria das Representações Sociais com o objetivo de compreender a paternidade por um viés psicossocial (TRINDADE, 1993, 1999; TRINDADE, ANDRADE, SOUZA, 1997; BARROS, 2007; VIEIRA, 2008; CASTRO, QUEIROZ, 2009)

O surgimento da TRS, em 1961, com a publicação de Moscovici intitulada “La Psychanalyse son Image et son Public”, traduzido em parte no Brasil com o nome de Representação Social da Psicanálise, que almejava compreender como os conceitos psicanalíticos foram apropriados pelo senso-comum na França, representou uma forma de pensar a psicologia social para além da natureza individual e fragmentada, que caracterizava a tradição americana dominante de se produzir pesquisas.

Com a TRS, Moscovici (2003) opõe-se à lógica da construção do conhecimento científico vigente, que ressaltava o conhecimento formal e fundamentava-se numa lógica evolucionista e cartesiana. Para o fundador da teoria, esse modelo de fazer ciência que impregnou as investigações em psicologia social apresenta dificuldade em romper com a natureza individual dos fenômenos sociais. Assim, a TRS busca resgatar as dimensões culturais e históricas na pesquisa psicossocial, através da conexão entre o psicológico e o sociológico. E pode ser considerada como uma forma sociológica de psicologia social.

Segundo Sá (1993), o objetivo de Moscovici era fazer uma psicologia social mais socialmente orientada, que considera os comportamentos individuais, os fatos sociais em sua concretude e a singularidade histórica, dando ênfase aos conteúdos dos fenômenos psicossociais, que, para o criador da TRS, eram pouco enfatizados pelos psicólogos sociais tradicionais.

A Teoria das Representações Sociais surge como um complexo arcabouço teórico que trata das diversas maneiras através das quais indivíduos captam e traduzem a “realidade”, expressando uma versão desta. É uma dinâmica na qual grupos e/ou indivíduos criam suas explicações do real com objetivos práticos da construção de vivências coletivas. Sujeito e objeto estão inseridos na mesma dinâmica e ambos são modificados durante o processo de elaboração.

Segundo Moscovici (Op. cit.), a grande dimensão dos seres humanos está relacionada à condição de pensadores autônomos e produtores constantes de suas representações. O conhecimento científico e as ideologias são fontes de alimento para o pensamento, pois o sujeito, nessa visão, é construtor e construído na realidade em que se insere. É dinâmico, ativo e não simples produto. Desta forma, o senso comum utiliza o pensamento científico e as ideologias como uma de suas matérias-primas para reinventá-lo a sua maneira.

Para Moscovici, o conhecimento do senso comum não se contrapõe ao conhecimento científico. Este apenas se inscreve em outra ordem de conhecimento da realidade e se caracteriza como uma forma de saber diferenciado quanto à sua elaboração e função (SANTOS, 2005).

No que se refere à elaboração do conhecimento do senso comum, é necessário refletir sobre os processos de objetivação e ancoragem que, segundo Moscovici (2003), são processos fundamentais para a construção da representação social. Desta forma, o autor define o processo de objetivação como sendo a união

da ideia de não familiaridade com a de realidade, na qual o que era desconhecido torna-se familiar, tornando concreto aquilo que é abstrato.

A ancoragem, de acordo com Almeida (2001), é o processo pelo qual um novo objeto se enraíza em um sistema de categorias pré-existentes. É quando se estabelece um processo de significação desse novo objeto em comparação às categorias que já são familiares. Nesse sentido, Moscovici (2003, p. 61) utiliza a seguinte metáfora para definir o processo de ancoragem: “[...] É quase como que ancorar um bote perdido em um dos pontos sinalizadores de nosso espaço social”.

Os processos de objetivação e ancoragem se apresentam de forma articulada, pois não estão desvinculados um do outro e não seguem uma ordem cronológica. Almeida (Op. cit.) considera que ambos se propõem a dar conta dos processos psicossociais presentes na base da gênese das representações sociais, o que implica em uma atividade de transformação do não familiar em familiar.

Na atualidade, observa-se o desdobramento da TRS em três correntes teóricas complementares, que são representadas por três grandes pesquisadores (Jodelet, Doise, Abric), discípulos de Moscovici, que apresentam teorias compatíveis entre si, à medida que provêm de uma mesma matriz.

Segundo Almeida (Op. cit.), a abordagem culturalista de Denise Jodelet sugere que as representações sociais são entendidas como o estudo dos processos e dos produtos, através da articulação entre as dimensões sociais e culturais que regem as construções mentais coletivas. Jodelet é a grande responsável pelo trabalho de sistematização e divulgação da teoria das representações sociais, pois se dedica ao cuidadoso trabalho de detalhamento teórico-metodológico.

A abordagem societal (Escola de Genebra), fundada por Willen Doise, tem como proposta uma articulação de explicações de ordem individual com explicações de ordem societal. Segundo Doise (2002), essa perspectiva pressupõe a integração de quatro níveis de análise (os processos intra-individuais; os processos inter-individuais e situacionais; os processos de posicionamento que os indivíduos ocupam nas relações sociais e os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais).

A abordagem estrutural de Jean-Claude Abric (Escola de Midi) propõe a Teoria do Núcleo Central, na qual afirma que toda representação é organizada em torno de um núcleo, entendido como elemento crucial da representação, pois determina sua significação e organização interna. A importância da contribuição da

Teoria do Núcleo Central é que ela apresenta elementos para a compreensão do processo de transformação das representações. Afinal, propõe que somente acontecerá uma mudança na representação se os elementos centrais, aqueles que dão significados à representação, forem transformados (ALMEIDA, Op. cit.).

Essas três correntes teóricas, oriundas da TRS, cada uma apresentando um enfoque peculiar de se realizar pesquisas sobre o senso comum, dão continuidade a um princípio fundamental da proposta de Moscovici de se fazer ciência: a articulação com outras disciplinas, tais como sociologia, antropologia, história e comunicação, o que demarca uma base epistemológica interdisciplinar presente nos grandes teóricos que influenciaram Moscovici, entre eles: Piaget, Vigotsky, Durkheim, Lévi-Bruhl, George Mead, Saussure e Freud (ALMEIDA, Op. cit.; FARR, 1995).

Outro aspecto relevante para a realização de estudos fundamentados na TRS é a utilização de objetos de pesquisa que tenham caráter polimorfo, o que, para Santos (2005, p. 22), significa ser um objeto “[...] passível de assumir formas diferentes para cada contexto social e, ao mesmo tempo, ter relevância cultural para o grupo”.

Assim sendo, entendemos que a paternidade se apresenta como um tema relevante para a constituição do universo masculino, bem como assume formas peculiares quando investigada nos contextos familiar de ruptura conjugal e social de pobreza.

### 3. O MÉTODO

A presente investigação se caracteriza como um estudo qualitativo fundamentado na perspectiva da TRS. Segundo Minayo (2000), a abordagem qualitativa favorece a compreensão dos fenômenos sociais a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos e implicados na situação em estudo. Nesse sentido, buscou-se a apreensão dos significados, valores, crenças e atitudes dos participantes da pesquisa, para então compreender o processo de construção da representação social da paternidade dos homens que são pais, separados e pobres.

Embora se caracterize como um estudo qualitativo, utilizou-se um instrumento de análise quantitativa: o software EVOC - *Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations*. As análises, entretanto, foram predominantemente de cunho qualitativo, devido o enfoque na busca da singularidade dos sentidos atribuídos pelos sujeitos.

Quanto à utilização dos instrumentos de análise qualitativo e quantitativo, Jodelet (2005) chama atenção para o caráter plurimetodológico da pesquisa no campo das representações sociais, pois esta teoria é compatível com uma gama de diferentes métodos de pesquisa, não privilegiando um modelo específico.

Tal posicionamento responde à crítica de que a TRS apresenta uma metodologia de estudo que poderia ser taxada de pouco consistente por não ter um método de pesquisa exclusivo. Porém, o que fundamenta essa postura teórico-metodológica da TRS é a disponibilidade de permitir que as características do objeto orientem a escolha das técnicas e métodos de pesquisa adequados. Nesse sentido, é comum lançar mão de vários procedimentos metodológicos. No caso deste estudo, serão utilizados como instrumentos de coleta questionários de associação livre e entrevistas semi estruturadas.

### 3.1 Os participantes

Participaram da presente pesquisa um total de 74 homens-pais. O número de sujeitos deste estudo foi baseado numa média aproximada de participantes que evocassem, no mínimo, 300 palavras no questionário de associação livre, o que viabilizou o uso do programa EVOC para a análise dos questionários.

A faixa etária dos participantes oscila entre 20 e 63 anos de idade e todos trazem em suas trajetórias de vida a experiência de ser pai no contexto do casamento e, posteriormente, se viram diante do desafio de vivenciar a paternidade num cenário de ruptura conjugal

Todos os sujeitos se identificaram como pobres e moravam em comunidades periféricas da Região Metropolitana do Recife, onde está presente a grande maioria dos homens que exercem ocupações de baixa qualificação profissional, que tem baixa escolaridade, recebe as mais baixas remunerações e, muitas vezes, estão completamente à margem do mercado de trabalho<sup>6</sup>.

No que se refere à escolaridade dos sujeitos, esta varia entre analfabeto e ensino médio completo. Segundo alguns participantes, esse nível de escolaridade estava atrelado à dificuldade de conseguir um bom trabalho, que na maioria das vezes, exigia pessoas que tivessem concluído os estudos ou que ingressaram em uma universidade. No caso dos participantes desta pesquisa, a grande maioria se sentia impossibilitado de possuir um curso superior.

Dentre os participantes, 65 homens estavam trabalhando no mercado formal ou informal, 5 não estavam trabalhando, 3 estavam realizando alguns trabalhos esporadicamente, o que eles denominavam como “fazendo bico”, e 1 era aposentado.

Para uma melhor visualização dos dados que caracterizam os participantes no período da coleta de dados (entre maio e agosto de 2009), foi elaborado o seguinte quadro:

---

<sup>6</sup> Estes critérios são utilizados por Sarti (2007) para identificar o público que caracteriza a pobreza urbana. Para a autora, essa forma de delimitar a pobreza apresenta-se de forma articulada com a condição existencial de quem vive a pobreza e com os dados sociais das camadas populares dos centros urbanos.

**Quadro 1. Perfil sócio-econômico dos sujeitos investigados**

FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	TRABALHO
29% entre 20 - 29 anos	9,4% Ensino Fundamental	serviços gerais, camelô, zelador, vigilante, pedreiro, calheiro, estofador, lavador de carro, vidraceiro, soldador, porteiro, marceneiro, motoboy, estoquista, vendedor, mecânico, segurança, motorista, auxiliar administrativo, cozinheiro, instalador, carpinteiro, massagista, comerciante, sapateiro, fabricante de produto de limpeza	88% trabalham no mercado formal ou informal
34% entre 30 - 39 anos	50% Ensino Fundamental incompleto		7% não trabalham
20% entre 40 - 49 anos	24,3% Ensino Médio		4% trabalham esporadicamente
11% entre 50 - 59 anos	10,9% Ensino médio incompleto		1% Aposentado
6% entre 60 - 63 anos	2,7% Alfabetizado		
	2,7% Analfabeto		

No primeiro momento da pesquisa, os 74 sujeitos responderam ao questionário de associação livre. Já na segunda etapa, foram selecionados 7 sujeitos dentre os 74 para participar da entrevista. Nesse segundo momento, foi percebida a necessidade de aprofundar algumas informações relacionadas ao atual contexto familiar, à condição afetiva, assim como às condições de trabalho dos participantes.

Na aplicação dos questionários de associação livre, foi percebido que era comum a ocupação exercida pelos sujeitos não ter relação alguma com o que eles consideravam ser a sua profissão, o que revelava a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal ou informal de determinadas profissões que, em sua grande maioria, não exigem uma qualificação elevada. Nesse sentido, foram

incluídas informações sobre a ocupação, profissão e renda dos participantes, entre os dados referentes à caracterização dos sujeitos da entrevista.

Para a entrevista, foram privilegiados sujeitos que co-habitaram com a mãe dos seus filhos por, no mínimo, dois anos, para que então fosse possível observar a vivência da paternidade no casamento e as mudanças que a ruptura conjugal assolava no exercício da paternidade.

O número de filhos dos participantes da entrevista variava entre 1 e 5, muitas vezes, fruto de mais de uma relação, com companheiras diferentes. No entanto, na presente pesquisa, as informações sobre paternidade foram relacionadas aos filhos das relações conjugais interrompidas, das quais os pais não ficaram com a guarda da prole. O que viabilizou a compreensão do processo de construção da representação social da paternidade no contexto da não convivência diária com os filhos, para então, compreendermos como se dão as práticas de paternidade nessas circunstâncias.

Quanto à idade dos filhos, foi estabelecido como critério que fossem crianças e/ou adolescentes, devido à obrigatoriedade judicial dos pais que não estão com a guarda em efetuar mensalmente o pagamento da pensão alimentícia. Dessa forma, pôde-se observar a implicação dessa obrigação judicial diante da pobreza. A condição de criança e/ou adolescente dos filhos dos participantes também sugere uma maior necessidade de cuidados dos pais com a prole. Sendo assim, foi observado como o pai, no contexto da separação, desenvolve as práticas de cuidados e como se dá a relação afetiva com os filhos quando estes não possuem uma convivência diária.

Também foi observada a relevância de investigar com maior intensidade a condição afetiva dos homens-pais após a separação, pois foi sinalizado, em vários momentos, durante a aplicação dos questionários que a nova companheira exercia uma forte influência na relação dos pais com os filhos após separação, assim como tinha uma participação ativa nos cuidados com os filhos dos companheiros nos momentos de visita da criança e/ou adolescente.

Para favorecer a visualização dos participantes da entrevista, será utilizado um novo quadro que contém as informações que foram acrescentadas sobre as características dos sujeitos entrevistados, referentes ao período da coleta de dados.



## Quadro 2. Caracterização dos participantes da entrevista

NOME <sup>7</sup>	IDADE	Nº DE FILHOS	ESCOLARIDADE	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO	OCUPAÇÃO	TIPO DO TRABALHO	RENDA	CONDIÇÃO AFETIVA
Silvio	28	3	Fundamental Incompleto	Santo Amaro Recife	Segurança	Estamparia	Esporádico	+ ou – R\$130	Solteiro
Sérgio	39	4	Fundamental Incompleto	Vila Rica Jaboatão	Segurança	Segurança	Carteira assinada	R\$465	União estável
Saulo	32	1	Médio Incompleto	Estância Recife	Serviços Gerais	Motorista	Carteira assinada	R\$465	União estável
Sandro	27	4	Fundamental Incompleto	Piedade Jaboatão	Estofador	Estofador	Diarista	+ ou – R\$600	União estável
Silas	32	4	Analfabeto	Ibura Recife	Pescador	Vendedor de pipoca	Autônomo	+ ou – R\$350	União estável
Simião	40	1	Médio Incompleto	Caetés Abreu e Lima	Porteiro	Porteiro	Carteira assinada	R\$500	Solteiro
Sebastião	41	5	Analfabeto	Ibura Recife	Vigia	Cuida da casa	Não está trabalhando	Não tem	União estável

### 3.2 A aproximação do campo

A trajetória traçada para o encontro do sujeito desta pesquisa foi feita e re-feita durante todo o processo de coleta dos dados, com o objetivo de trilhar um percurso que, mesmo diante das características comuns dos participantes, contemplasse a diversidade que permeia a paternidade, a pobreza e a ruptura conjugal.

Nesse sentido, na busca por homens adultos que fossem pais, separados e pobres, o Núcleo de Assistência Judiciária do Ibura<sup>8</sup>, que realiza acordos de pensão alimentícia com famílias pobres, caracterizou-se como um local interessante para o encontro com o sujeito da pesquisa. Além disso, essa instituição se apresenta como um espaço de fácil acesso para a autora, pois a mesma já exerceu o cargo de psicóloga no Núcleo, no período de 2006 a 2008. Para realizar a pesquisa nessa instituição, obteve-se a autorização, através da carta de anuência (anexo 1).

<sup>7</sup> Para preservar o anonimato dos participantes, os nomes dos sujeitos foram substituídos por nomes fictícios.

<sup>8</sup> Este núcleo foi criado em 2002 pelo Projeto Justiça cidadã, que é uma iniciativa da Prefeitura do Recife em parceria com o GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares. (Monteiro, 2009)

No entanto, após a aplicação de alguns questionários de associação livre nos homens-pais que realizaram acordos de pensão alimentícia na assistência judiciária, foi percebido que o litígio do ex casal e a centralidade da temática pensão alimentícia ficavam muito evidentes nas respostas desse público, por responder ao questionário logo após o estabelecimento do acordo de pensão alimentícia. Diante desse fato, começou-se a levantar outros espaços que favorecem o olhar dos participantes para as demais questões que estão atreladas à vivência da paternidade no contexto da separação.

Dessa forma, realizou-se contato com algumas lideranças comunitárias, tais como: agente de saúde, presidente de associação de moradores, diretora de escola pública, psicólogo de projeto social, que através do conhecimento da realidade familiar dos moradores da comunidade puderam indicar e apresentar alguns dos participantes para a pesquisa. Então, essas lideranças favoreceram o acesso a algumas comunidades no bairro do Ibura, Santo Amaro e Cajueiro Seco<sup>9</sup>, onde foram realizadas as aplicações dos questionários e entrevistas.

### **3.3 Os instrumentos de coleta de dados**

Na primeira etapa da pesquisa, foi utilizado um questionário de associação livre (Apêndice I), cujos termos indutores foram: 1. Ser pai é... 2. Ser mãe é... 3. Ser pai separado da mãe do filho é... Também consta neste questionário, perguntas relacionadas à caracterização dos participantes, tais como: nome, idade, escolaridade, profissão, endereço e telefone para contato.

No segundo momento empírico da pesquisa, para a realização das entrevistas, utilizou-se um roteiro semi-estruturado que investigava aspectos relacionados à vivência da paternidade durante o casamento e após a ruptura conjugal. O roteiro de entrevista (Apêndice II) abordou os seguintes blocos temáticos:

- Dados de caracterização do sujeito;
- Confronto com os resultados do questionário de associação livre;

---

<sup>9</sup> De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife (2005), no ano de 2000, 25,19% dos homens chefes de domicílio do Ibura, sobreviviam com até 1 salário mínimo. No bairro de Santo Amaro, 28,19% dos homens chefes de domicílio sobreviviam na mesma condição, e 16,97 dos homens chefes de domicílio de Cajueiro Seco possuíam renda também de até 1 salário mínimo.

- A descoberta da paternidade;
- A vivência da paternidade no contexto do casamento;<sup>10</sup>
- A vivência da paternidade no contexto da separação;
- A paternidade no contexto da pobreza.

Vale ressaltar que esse roteiro foi utilizado com intuito de indicar um direcionamento à entrevista; porém, existiu a liberdade de inserção de outros questionamentos realizados pela pesquisadora para ampliar a compreensão dos conteúdos abordados pelos sujeitos.

### **3.4 Os procedimentos de coleta de dados**

Antes de iniciar a coleta dos dados, o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco, que sugeriu algumas alterações. Depois de realizadas as devidas modificações, foi aprovado.

No que se refere ao início da coleta dos dados, os participantes, antes de responderem ao questionário e à entrevista, receberam um termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo II), que apresentava as propostas e o processo de desenvolvimento da pesquisa. O termo de consentimento era lido e assinado pelo sujeito e pelo pesquisador, que, somente após prestar os devidos esclarecimentos, dava início ao processo empírico da investigação.

A coleta de dados foi realizada em dois momentos. Primeiramente, foram aplicados individualmente os questionários de associação livre em 74 participantes. Nessa etapa, era solicitado que eles falassem as cinco primeiras palavras ou expressões que viessem à mente quando questionados: na sua opinião, ser pai é... Em seguida, era solicitado que as respostas fossem colocadas em ordem de importância.

O mesmo procedimento foi realizado com os termos indutores: Ser mãe é... e ser pai separado da mãe do(s) seu(s) filho(s) é... . As respostas emitidas pelos participantes foram anotadas no questionário, na íntegra, pela pesquisadora, pois foi levado em consideração o grau de dificuldade de alguns participantes em lidar com a comunicação escrita.

---

<sup>10</sup> Nessa pesquisa, é considerado casamento o período de convivência na mesma casa do homem com a mãe dos seus filhos.

Como foi descrito anteriormente, uma parte dos questionários de associação livre foi aplicada no Núcleo de Assistência Judiciária do Ibura e os demais foram aplicados nas residências ou locais de trabalhos dos participantes.

Antes de dar início à segunda etapa da coleta de dados, foi realizada uma primeira análise dos questionários com o auxílio do software EVOC, o que serviu de norte para a seleção dos participantes da entrevista. Nesse momento, pôde-se observar a recorrente alusão à pensão alimentícia quando questionados sobre ser pai separado da mãe dos filhos.

Baseados nas respostas dos sujeitos no questionário de associação livre, foram selecionados para participar das entrevistas quatro sujeitos que falaram pensão alimentícia, quando questionados o que é ser pai separado e três que não falaram, pois, levou-se em consideração que o pagamento ou não da pensão alimentícia ao filho está diretamente relacionado à condição de ruptura conjugal e de pobreza dos sujeitos, caracterizando-se como um fio condutor desta pesquisa.

Cada sujeito foi entrevistado individualmente, as entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Das sete entrevistas, duas foram realizadas no núcleo de assistência judiciária do Ibura, três nos locais de trabalho dos participantes e uma na residência do sujeito. A escolha do local para realização da entrevista foi responsabilidade dos participantes, para que estes se sentissem à vontade para relatar as suas experiências.

Vale ressaltar que inicialmente foi estabelecido que participassem seis sujeitos na entrevista (três que falaram pensão alimentícia e três que não falaram durante a aplicação do questionário de associação livre). Porém, uma das entrevistas não foi concluída, pois o participante ficou bastante emocionado quando se referiu ao episódio em que foi preso devido à acusação de não pagamento da pensão alimentícia à filha. Ao acessar o sentimento de humilhação que experimentou diante desta situação, não se sentiu em condições de continuar a entrevista, mas autorizou o uso do seu relato na presente investigação. Dessa forma, foi entrevistado mais um sujeito, o que totalizou 7 participantes no segundo momento empírico do estudo.

### 3.5 Os procedimentos de análise

#### 3.5.1 Procedimentos de análise dos questionários de associação livre

As palavras e expressões emitidas pelos participantes durante a aplicação do questionário de associação livre foram analisados com o suporte do software EVOC, que segundo Ribeiro (2000, p. 68), permite a realização da análise das palavras evocadas na associação livre e fornece dados para o reconhecimento da estrutura das representações sociais, com possíveis elementos centrais e periféricos.

A análise de evocação realizada pelo EVOC permite identificar a estrutura das representações sociais em função da articulação de dois critérios básicos: a frequência em que as palavras ou expressões foram ditas pelos participantes, com a ordem de importância atribuída às palavras ou expressões evocadas pelos sujeitos da pesquisa.

Realizado o cruzamento desses critérios, o software define a relevância dos elementos que se associam ao termo indutor, através das seguintes informações:

1. **Núcleo Central:** apresenta as palavras ou expressões mais frequentes e que foram consideradas as primeiras mais importantes no critério de avaliação dos participantes;
2. **Primeira periferia:** apresenta as palavras ou expressões mais frequentes que foram classificadas nos últimos lugares no critério de importância dos participantes;
3. **Elementos de contraste:** apresenta as palavras ou expressões menos frequentes que foram classificadas como as primeiras mais importantes pelos sujeitos;
4. **Periferia distante:** apresenta as palavras ou expressões menos frequentes e que foram classificadas nos últimos lugares no critério de importância dos sujeitos.

Os resultados dessas informações serão apresentados em quadrantes organizados em dois eixos: a) eixo vertical: corresponde à frequência de evocação das palavras; e b) eixo horizontal: corresponde à ordem de evocação. O Quadro 3 apresenta o resultado do cruzamento:

**Quadro 3. Demonstrativo da organização dos dados analisados pelo Evoc.**

F R E Q U Ê N C I A	ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO	
	1º Quadrante	2º Quadrante
	<b>Núcleo central</b>	<b>Primeira periferia</b>
	3º Quadrante	4º Quadrante
	<b>Elementos de contrastes</b>	<b>Periferia distante</b>

No que se refere aos sentidos atribuídos às palavras e expressões evocadas durante o questionário de associação livre, para uma melhor análise, o resultado do questionário foi apresentado aos sete sujeitos que participaram da segunda etapa da pesquisa – a entrevista. Nesse sentido, os entrevistados, além de confrontarem os dados que demonstram a representação do grupo com as suas opiniões pessoais, ampliaram as possibilidades para analisar os sentidos e sentimentos atrelados às palavras evocadas diante dos temas indutores.

Os dados dos questionários de associação livre foram analisados sob a luz da Teoria do Núcleo Central, que tem Abric como fundador e principal referência de produção teórica. Essa teoria propõe a hipótese de que as representações sociais são organizadas em torno do núcleo central, constituído de um ou mais elementos, que dão o significado motriz à representação social.

A análise da estrutura da representação social foi de crucial importância para este estudo, pois, ao contemplarmos o núcleo central da representação sobre paternidade dos homens que são pais, separados e pobres, tivemos acesso à natureza do objeto, ao tipo de relações que o grupo mantém com a paternidade. Além disso, foi viabilizada a caracterização do sistema de valores e normas sociais que constitui o contexto ideológico do momento e do grupo.

### **3.5.2 Procedimentos de análise das entrevistas semi-estruturadas**

Diante do material coletado nas entrevistas, foi estabelecida uma relação de profundo envolvimento com os conteúdos ali expostos, pois o objetivo inicial foi

promover uma maior aproximação com a visão de homem e de mundo dos entrevistados. Sendo assim, nesse momento, foi priorizado o desenvolvimento de uma maior intimidade com os sentidos atribuídos pelos sujeitos dessa pesquisa à experiência de ser pai no contexto por eles vivido.

Durante o período de imersão no conjunto de informações obtidas nas entrevistas, foram observadas rupturas e continuidades das práticas de paternidade no casamento, na separação e na reconstituição familiar desses homens-pais. Também percebemos as tensões existentes entre pais e mães quando estes se tornam ex companheiros e componentes de uma arena de conflitos que parece receber um acréscimo tensional diante da dificuldade de sobrevivência caracterizada pela situação de pobreza dessas famílias.

Essas informações são compartilhadas como idéias comuns e particulares entre os sujeitos entrevistados e se apresentam como ferramentas para compreensão do processo de construção da representação social da paternidade de homens-pais que são separados e pobres.

Nessa busca dos sentidos designados pelos sujeitos, procurou-se identificar os principais temas que foram expostos na fala dos entrevistados, para então, utilizá-los como guias para a organização e interpretação do conteúdo das entrevistas, com o intuito de compreendê-lo diante da polissemia da experiência de ser pai em um contexto de pobreza e de ruptura conjugal.

Após algumas idas e vindas, mergulhos e voltas à superfície, emergem quatro eixos temáticos que favorecem a compreensão do todo imbricado na experiência da paternidade nos contextos de separação e pobreza, que são: a) concepções sobre paternidade no casamento e na separação, b) concepções sobre mãe e ex mulher, c) sentimentos de (in)justiça e d) reflexos da pobreza na paternidade pós-separação

A construção de tais eixos temáticos é fundamentada na proposta da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977), baseia-se num processo sistemático de inferências, favorecendo de forma objetiva a identificação de algumas categorias, reunidas por temas de significação. Tais eixos temáticos facilitam a visualização dos pontos interessantes para a reflexão do fenômeno estudado de forma articulada com um determinado referencial teórico. No caso dessa pesquisa, o conteúdo dos eixos temáticos foi analisado de acordo com o processo de objetivação e ancoragem que constitui a formação das representações sociais.

De acordo com Franco (2008), o elemento fundamental da proposta metodológica da análise de conteúdo é a mensagem, que pode ser oral, escrita, silenciosa, ou até mesmo simbólica. Tais mensagens, ao serem emitidas

expressam as representações sociais na qualidade de elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Relação que se dá na prática social e histórica da humanidade que se generaliza via linguagem. Sendo constituídas por processos sociocognitivos, têm implicações na vida cotidiana. Influenciando não apenas a comunicação e a expressão das mensagens, mas também comportamentos.

(FRANCO, 2008, p.12)

Para autora acima citada, a análise de conteúdo está baseada em uma proposta dinâmica e crítica da linguagem, sendo esta uma construção da sociedade para a expressão da existência humana, em que são elaboradas e construídas as representações sociais, a partir de uma dinâmica interativa entre pensamento, linguagem e ação.

No que se refere à análise de conteúdo, vale à pena enfatizar a relevância da relação entre o sujeito produtor da mensagem com as condições contextuais de seus produtores, pois as condições socioeconômicas, a escolaridade, assim como, as configurações familiares, interferem diretamente no sentido que se atribui a determinados objetos (FRANCO, Op. Cit.)

Nesta pesquisa, a condição da pobreza, muitas vezes atrelada às dificuldades de inserção no mercado de trabalho e à baixa escolaridade, assim como o contexto familiar de ruptura conjugal, estão intrinsecamente relacionadas aos sentidos atribuídos à experiência da paternidade, à concepção de família e à própria vivência da masculinidade.

Nesse sentido, enfatiza-se o suporte metodológico que esta pesquisa atribui à análise de conteúdo, quando Bardin (1977) afirma que "(...) A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não)". (BARDIN, 1977, p. 38)

Ao longo da análise das entrevistas, a abordagem culturalista de Denise Jodelet, serviu como norte teórico, para que os dados da entrevista fossem compreendidos diante dos processos e produtos das representações sociais, através da articulação entre as dimensões sociais e culturais que regem as



construções mentais coletivas, que viabilizam os processos de objetivação e ancoragem.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As descrições e análises dos resultados serão explicitadas em duas etapas. No primeiro momento, serão apresentados os resultados e discussões acerca da produção dos sujeitos no que se refere ao questionário de associação livre. Posteriormente, serão apresentadas as análises das entrevistas dos sete participantes. Chama atenção, entretanto, que tais análises não serão realizadas de forma estanque ou isolada, pois a cada etapa das discussões serão utilizadas informações condizentes aos questionários e às entrevistas.

### **4.1 Associações livres**

As discussões sobre os resultados do questionário de associação livre serão apresentadas a partir de cada termo indutor que incitou os participantes a evocarem as suas representações sobre paternidade, maternidade e paternidade no contexto da ruptura conjugal.

#### **4.1.1 Ser pai é...**

O quadrante superior esquerdo da tabela abaixo apresenta as palavras evocadas com mais frequência e consideradas as primeiras mais importantes no critério de avaliação dos participantes. De acordo com Abric (2000), é nesse conjunto de palavras que provavelmente se encontra o núcleo central da representação. Para o autor, o núcleo central não apenas hierarquiza os elementos da representação, mas toda a representação se organiza em torno deste núcleo.

**QUADRO 4: Ser pai é..., em função da frequência e ordem média de evocação (N=74)**

Nota: Nº total de evocações = 333; Total de palavras diferentes = 86

		ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO			
		Inferior a 2,9		Superior ou igual a 2,9	
F R E Q U Ê N C I A	≥6	34 - Educação	2, 147	27 - Bom	2, 963
		27 - Responsabilidade	2, 185	22 - Carinho	3, 545
		23 - Amor	2, 174	15 - Prover	3, 267
		8 - Cuidado	2, 500	13 - Ser Presente	3, 231
		8 - Obrigação	2, 875	6 - Amigo	4, 833
		7 - Exemplo	2, 143	6 - Atenção	3, 667
		7 - Tudo	2, 857		
	<6 ≥2,9	5 - Família	2, 600	5 - Maravilhoso	3, 400
		5 - Importante	2, 400	4 - Alegria	3, 750
		5 - Trabalho	2, 800	4 - Compreensão	3, 250
		3 - Afeto	2, 333	4 - Desejo	3, 000
		3 - Continuidade	2, 333	4 - Prazer	3, 250
		3 - Felicidade	1, 667	4 - Preocupação	5, 000
		3 - Respeito	2, 333	4 - Ser cuidado na velhice	3, 500

De acordo com as repostas dadas pelo grupo de participantes desta pesquisa, pode-se inferir que a representação social da paternidade gira em torno da ideia de que ser pai implica numa relação de **amor** (f = 23, ome = 2, 174), que enfatiza a presença do pai em uma postura de **cuidado** (f = 8, ome = 2, 500) com a prole, o que sugere uma implicação do homem com a **educação** (f = 34, ome = 2, 147) dos filhos. Também está presente uma concepção de paternidade relacionada à **obrigação** (f = 8, ome = 2,875) e à **responsabilidade** (f = 27, ome = 2,185), sendo essa obrigatoriedade, provavelmente, atrelada à manutenção dos filhos, até mesmo da família como um todo.

Como forma de apresentar a relevância da paternidade em suas vidas, os participantes incluíram a expressão **tudo** (f = 7, ome = 2, 857) para ressaltar a dimensão do que significa ser pai. Assim como afirmam que a condição de pai os coloca como uma referência, pois se vêem como um **exemplo** (f = 7, ome = 2, 143) para a família.

Diante da análise das palavras mais frequentes e consideradas as primeiras mais importantes pelos participantes, pode-se afirmar que o núcleo central da representação social sobre paternidade para este grupo de pais está fundamentado em um modelo de paternidade que enfatiza o exercício paterno através dos

cuidados, do desenvolvimento moral, educacional e emocional dos filhos. O que caracteriza a presença do modelo moderno e da perspectiva emergente de paternidade nas concepções de pai das famílias pobres.

Em contrapartida, também é evidente a presença de elementos que remetem ao modelo tradicional de paternidade, pois os participantes atrelam ser pai à obrigatoriedade e à responsabilidade de manter o lar. Desta forma, encontramos a palavra **prover** (f =15, ome = 3, 267) como um dos elementos da primeira periferia, o que demonstra uma representação social da paternidade que também se ancora em princípios arcaicos do patriarcado.

Ainda se encontram na primeira periferia, que apresenta as palavras mais frequentes e classificadas nos últimos lugares, elementos considerados relevantes para a postura do pai diante da relação com os filhos, tais como: **ser presente** (f = 13, ome = 3, 231), ser **amigo** (f = 6, ome = 4, 833), ter **atenção** (f = 6, ome = 3, 667) e sentir **carinho** (f = 22, ome = 3, 545). Nesse momento, os participantes avaliam a paternidade como uma vivência positiva e utilizam o termo **bom** (f = 27, ome = 2,963) para exprimir o que significa ser pai.

Diante dos dados, pode-se pontuar que a plenitude do modelo tradicional de pai provedor que dá suporte emocional à mãe, mas não se envolve diretamente com os filhos, exercendo apenas uma figura de autoridade para a prole, é repensada pelos participantes da pesquisa, que enfatizam a relevância de uma relação de proximidade afetiva com os filhos como uma questão significativa para a concepção de paternidade.

No terceiro quadrante, que apresenta os elementos de contraste, onde estão presentes as palavras menos frequentes e classificadas como mais importantes, percebe-se a presença explícita do termo **afeto** (f = 3, ome = 2, 333), que reitera a concepção de paternidade fundamentada numa relação de proximidade afetiva com os filhos.

Entre os elementos de contrastes também são encontrados termos que remetem à concepção de um filho como condição fundamental para a existência da **família** (f = 5, ome = 2, 600), assim como para a **continuidade** (f = 3, ome = 2, 333) e perpetuação da vida.

Já o **trabalho** (f = 3, ome = 2, 667) se apresenta como relevante para constituição da paternidade e da família, pois garante o sustento e o provimento do lar, além de confirmar a manutenção do homem no posto de chefe da família. O

homem que não trabalha sente-se, muitas vezes, privado de afirmar a sua importância no contexto familiar, haja vista a constante afirmação dos participantes na entrevista de que o homem sem trabalho não tem dignidade. Dessa forma, se pode inferir que o trabalho para o homem-pai proveniente das camadas populares é uma via de acesso para obtenção do **respeito** (f = 3, ome = 2, 333) como pai e perante a família.

Ao observar a presença dos termos “trabalho”, “respeito” e “família” entre os elementos de contraste da representação social de paternidade, é possível inferir que o trabalho representa uma peça significativa na constituição da moral familiar dos pobres. O que revela um peso ainda maior para os homens que muitas vezes se vêem amarrados à perspectiva tradicional, em que o masculino pertence à esfera pública e o feminino à esfera privada.

Ainda no terceiro quadrante existe a possibilidade de averiguar palavras evocadas que remetem a paternidade a uma experiência significativa e **importante** (f = 5, ome = 2, 400) na vida do homem, além de garantir o acesso ao sentimento de **felicidade** (f = 3, ome = 1, 667).

Os últimos elementos periféricos, que contêm as palavras menos frequentes e classificadas nos últimos lugares, continuam descrevendo os sentimentos de cunho positivo que estão atrelados à experiência de ser pai, tais como: **maravilhoso** (f = 5, ome = 3, 400), **alegria** (f = 4, ome = 3, 750), **prazer** (f = 4, ome = 3, 250).

A palavra **desejo** (f = 4, ome = 3, 000) remete à impressão de que a paternidade está fortemente vinculada à vivência da plenitude masculina. Os participantes desejaram se tornar pais para ampliar os sentidos da masculinidade, assim como, vêem na paternidade como uma possibilidade de **ser cuidado na velhice** (f = 4, ome = 3, 500).

Ainda no último quadrante, encontram-se palavras que remetem a alguns sentimentos que os pais experimentam com relação aos filhos, tais como: **compreensão** (f = 4, ome = 3, 250) e **preocupação** (f = 4, ome = 5, 000). Esses elementos também parecem seguir a lógica de uma vivência da paternidade fundamentada numa relação de proximidade afetiva com os filhos, bem como a palavra “preocupação” pode estar vinculada a uma implicação com a educação e com a manutenção dos filhos.

Após contemplar cada um dos quadrantes acima, fica evidente que as representações sociais dos homens-pais, separados e pobres, sobre a paternidade

transitam pelos modelos tradicionais do exercício paterno, bem como apresentam elementos do que hoje se chama “o novo pai”, baseada em uma relação afetiva próxima dos filhos e implicado nos cuidados com a prole.

#### 4.1.2 Ser mãe é...

Quando convidados a pensarem sobre o que é ser mãe, os participantes da pesquisa comumente remetiam essa reflexão para o que experimentaram com a própria mãe ou se dirigiam para aquela que é a mãe dos seus filhos e apresentaram os seguintes dados organizados no quadro abaixo:

#### QUADRO 5: Ser Mãe é..., em função da frequência e ordem média de evocação (N=74)

Nota: Nº total de evocações = 307 ; Total de palavras diferentes = 98

		ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO			
		Inferior a 2,7		Superior ou igual a 2,7	
F R E Q U Ê N C I A	>=7	19 – Amor	2,158	35 - Cuidado	2,800
		14 - Tudo	2,143	30 - Educação	2,700
		12 - Responsabilidade	2,167	21 - Carinho	2,810
		12 - Mais importante que o pai	2 500	8 - Mesma importância que o pai	3,000
				7 - Guarda	2,857
	<7 >=2,7	4 - Importante	2,000	5 - Atenção	4,200
		4 - Mãe é só uma	1,500	5 - Exemplo	3,400
		4 - Dedicada	1,250	4 - Compreensão	3,750
		3 - Trabalho	2,667	4 - Amiga	3,500
		3 - É presente	2,000	4 - Convivência	3,500
		3 - Conselheira	2,000	4 - Criação	3,000
		3 - Proteção	1,667	4 - Não maltratar o filho	3,000
		3 - Não abandona	1,667	3 - Mãe é mãe	4,000
				3 - Alimenta	3,000
				3 - Mulher completa	3,000

As palavras presentes no núcleo central da representação social sobre maternidade remetem à ideia de que ser mãe está atrelado a uma centralidade na vida do filho, podendo ser resumida com a expressão **tudo** (f = 14, ome = 2, 143), sendo a figura materna uma expressão do **amor** (f = 19, ome = 2, 158) e da

**responsabilidade** (f = 12, ome = 2, 167) com os filhos, fundamentando a noção de que a mãe é **mais importante que o pai** (f = 12, ome = 2, 500).

Ao cruzar essas informações com os sentidos atribuídos nas entrevistas, foi interessante observar que a expressão “tudo”, quando atrelada a ser pai, é situada em um contexto no qual o filho é tudo na vida do homem, Já quando se referem à mãe, esta sim é o ponto central na vida dos filhos, tornando-se uma figura indispensável para o desenvolvimento de uma criança ou adolescente.

Apesar do núcleo central da representação social sobre maternidade atribuir uma maior importância à mãe no que se refere às relações parentais, é possível perceber muitos pontos em comum na evocação dos homens no que se refere a ser pai e ser mãe. Afinal, os termos “amor”, “tudo” e “responsabilidade” também estão presentes no núcleo central referente à paternidade.

Fica, então, evidente que a representação social da paternidade e da maternidade para os participantes engloba uma concepção de afetividade e de responsabilidade com a prole, além de simbolizar uma relação de importância singular na vida familiar dos pobres.

Diante da semelhança entre as palavras mais evocadas e consideradas mais importantes no que concerne à maternidade e à paternidade, pode-se perceber que as concepções sobre a paternidade buscam uma aproximação com questões antes consideradas pertinentes somente no âmbito da maternidade, haja vista a confirmação presente na primeira periferia que ser mãe tem a **mesma importância que o pai** (f = 8, ome = 3, 000).

Ainda na primeira periferia, percebe-se a presença de palavras que também foram proferidas no núcleo central e periferia da representação social sobre paternidade, tais como: **cuidado** (f = 35, ome = 2, 800), **educação** (f = 30, ome = 2, 700) e **carinho** (f = 21, ome = 2, 810). As concepções presentes neste quadrante parecem fortemente ancoradas na divisão do trabalho por sexo, na qual as mulheres foram, até pouco tempo, as responsáveis exclusivas pelo zelo, processo educativo e estabelecimento de relação afetiva com os filhos. Assim, fica claro que tais posturas permeiam fortemente o universo feminino, mas o homem, no exercício da sua paternidade, concebe a possibilidade de reduzir a exclusividade feminina no âmbito dos cuidados e proximidade afetiva com os filhos.

É interessante observar que a única palavra proferida neste quadrante que não está presente na representação social sobre paternidade é o termo **guarda** (f =

7, ome = 2, 857). A ausência da guarda nas representações sobre o pai pode ser respaldada na constatação de que, no Brasil, ainda prevalece uma expressiva atribuição da custódia dos filhos à figura materna. A frequência desse fenômeno está fortemente ancorada na ideia socialmente compartilhada de que a mulher é naturalmente apta para oferecer o amor e cuidados necessários a uma criança, já os pais não possuem este “dom”, e os juízes, muitas vezes, são afetados por esse pensamento presente no senso comum, o que compromete as suas práticas no direito de família.

Dentre os elementos de contraste, observa-se a presença de uma expressão que remete à exclusividade do vínculo biológico entre mãe e filho, quando os participantes evocam que **mãe é só uma** (f = 4, ome 1, 500). Parece haver aqui um requisito ancorado em aspectos biológicos que remetem à relevância da gravidez como uma experiência única e muito grandiosa, que só as mulheres experimentam e que isso as coloca em um lugar de supremacia e exclusividade na relação com a prole. Afinal, era comum o complemento da expressão mãe é só uma com o contraargumento de que pai pode ser qualquer um.

No terceiro quadrante, os participantes concebem a maternidade como um elemento **importante** (f = 4, ome = 2, 000) na vida dos filhos, pois, por ser mais **presente** (f = 3, ome = 2, 000) no contexto familiar, se caracteriza como elemento crucial para **proteção** (f = 3, ome = 1, 667) da prole, conquistando assim o adjetivo de **dedicada** (f = 4, ome = 1, 250).

Diante desses dados, pode-se inferir que, por ser mais presente e dedicada, a mãe é vista pelos sujeitos como o parente mais disponível para os descendentes. O que reforça a ideia acima citada de que as concepções sobre maternidade estão ancoradas numa divisão social do trabalho, em que a mulher é resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguram o sustento da família, trabalhando no espaço da rua.

No entanto, também se encontra no quadrante a palavra **trabalho** (f = 3, ome = 2, 667), a qual sugere que a mãe também circula no espaço público e contribui com as despesas do lar, ou até mesmo mantém o sustento da família. Apesar da inserção da mulher no universo do trabalho, isso não a excluiu do desempenho das atividades no âmbito doméstico, que inclui a dedicação nos cuidados com os filhos.

Ainda entre os elementos de contraste, registra-se termos que reafirmam a presença incontestável da mãe na vida do filho, pois esta é vista como aquela que



**não abandona** (f = 3, ome = 1, 667) a prole e, por estar mais presente, desenvolve o papel de **conselheira** (f = 3, ome = 2, 000).

Dando continuidade à linha de raciocínio que a mãe experiencia uma relação de maior proximidade com os descendentes, encontra-se na última periferia as presenças explícitas das palavras **convivência** (f = 4, ome = 3, 500) e **criação** (f = 4, ome = 3, 000), que sugerem um trato diário na vivência com a prole.

Tal proximidade atrela o exercício da maternidade às ações que implicam numa presença efetiva na vida dos filhos, que se expressam através de comportamentos de **atenção** (f = 5, ome = 4, 200), de **exemplo** (f = 5, ome = 3, 400), além de ser quem **alimenta** (f = 3, ome = 3, 000). Também se pode perceber que a mãe é capaz de promover uma relação com prole pautada numa postura de **amiga** (f = 4, ome = 3, 500) que deve ter uma atitude de **compreensão** (f = 4, ome = 3, 750) com os filhos.

Compreende-se que, para os participantes dessa pesquisa, as concepções sobre o exercício da maternidade estão vinculadas a uma provisão 'natural' dos cuidados diários necessários para o bem estar da prole, o que favorece o protagonismo da mulher no papel de líder expressivo-afetiva no cenário familiar.

Ainda no quarto quadrante podemos constatar uma atribuição à maternidade como uma condição à plenitude feminina, pois os participantes afirmam que ser mãe significa ser uma **mulher completa** (f = 3, ome = 3,000) e que a maternidade é uma vivência que por si só se explica, haja vista a presença do aforismo '**mãe é mãe**' (f = 3, ome = 4, 000). Essas respostas parecem estar ancoradas na construção social, ferozmente criticada por Badinter (1985), de que a maternidade é uma condição para a identidade feminina e o amor de mãe é inerente a toda mulher.

Por fim, os participantes alertam que ser mãe é **não maltratar o filho** (f = 4, ome = 3, 000), o que remete à inferência de que tal afirmação pode ser respaldada na constatação de algumas pesquisas que demonstram o alarmante dado das mães serem as principais autoras de agressão física contra crianças e adolescentes, transformado-se num problema de saúde pública (DESLANDES, 1994; VIEIRA ET AL, 2004). Badinter (Op. Cit) contesta que o amor materno seja um sentimento natural dotado de plenitude divina e afirma que as relações parentais se constroem em consonância com o contexto sócio-histórico em que as famílias vivem.

### 4.1.3 Ser pai separado da mãe do filho é...

Quando solicitados a refletir sobre a paternidade no contexto da ruptura conjugal, os sujeitos desta pesquisa evocaram palavras que representam aquilo que vivenciam no dia-a-dia das suas relações familiares. Tal reflexão suscitou em alguns participantes o relato emocionado de suas experiências, relatos esses que foram anotadas ao término de questionário e servirão como suporte para esta análise. Vale ressaltar que 8 dos 74 participantes desta etapa da pesquisa choraram diante dessa última pergunta.

Ao comparar os dados organizados no quadro abaixo com o quadro 4, que apresenta as concepções sobre ser pai, pode-se averiguar o quão distintas são as representações sociais acerca de ser pai com relação à paternidade num contexto de separação conjugal. O único elemento comum entre as duas representações é a expressão **ser presente** (f = 5, ome = 3, 600), que se encontra na periferia mais distante do quadro 6.

Apesar dos termos indutores da primeira evocação e da terceira girarem em torno de um elemento comum, que é ser pai, as duas representações se apresentam de formas antagônicas. Essa discrepância foi apresentada aos 7 participantes da entrevista, para que pudesse haver uma melhor compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos.

Diante do confronto dos dois resultados, os homens que participaram da entrevista confirmaram que a mudança da paternidade vivida no casamento para a vivenciada na separação é muito grande, por isso o distanciamento entre as duas representações. Sobre isso, alguns sujeitos da entrevista afirmaram:

*(...) Não é o mesmo de igual que você tá junto com a pessoa que você gosta, tá entendendo? E afastado tem um pensamento totalmente diferente, porque às vezes a gente se acha um pai inútil quando não tá perto do filho que a gente ama, tá entendendo?*

(Silvio)

*Porque quando você é pai num tem uma coisa melhor e quando se separa parece que dá um preto na pessoa... Não só na pessoa como no filho também.*

(Sandro)

*Ser pai, como falei anteriormente, é algo maravilhoso. Agora, ser pai separado, é algo que dificulta em alguma coisa, porque a gente tá sempre sentindo a ausência e sentir a ausência de uma pessoa que*

*a gente ama é muito difícil... O tempo passa, mas a gente num esquece não.*

(Simião)

Após compreender a substancial diferença entre ser pai e a paternidade vivenciada na separação sob a ótica dos participantes, verifica-se que o núcleo central da representação social da experiência de ser pai, separado da mãe dos filhos, é permeado por sentimentos de cunho negativo, como podem ser observados nas três palavras mais evocadas: **complicado** (f = 31, ome = 2, 710), **ruim** (f = 20, ome = 2,55) e **falta** (f = 16, ome = 3, 063).

Também se percebe no primeiro quadrante o desejo de não passar por essa experiência que implica em um **não convívio** (f = 8, ome = 3, 000) no dia-a-dia com os filhos, através da evocação da frase: **não queria separar** (f = 7, ome = 2, 714).

Na periferia mais próxima, pode ser encontrada a expressão **sofrimento** (f = 8, ome = 3, 125). Esse sentimento revela a dificuldade em lidar com a **distância** (f = 19, ome = 3, 316) dos filhos que são vistos, normalmente, nos dias de **visitação** (f = 7, ome = 4, 143). O quadrante está refletindo as dificuldades no que tange à convivência dos pais com os filhos que perdem o contato diário em decorrência da separação conjugal.

#### QUADRO 6: Ser pai separado da mãe do(s) seu(s) filho(s) é..., em função da frequência e ordem média de evocação (N=74)

Nota: Nº total de evocações = 348; Total de palavras diferentes = 156

		ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO			
		Inferior a 3,1		Superior ou igual a 3,1	
F R E Q U Ê N C I A	≥7	31 – Complicado	2,710	19 – Distância	3,316
		20 - Ruim	2,55	10 - Pensão alimentícia	4,600
		16 - Falta	3,63	8 - Sofrimento	3,125
		8 - Não convivo	3,000	7 – Visitação	4,143
		7- Não queria separar	2,714		
	<7 ≥3,1	5 – Diferente	2,200	6 – Mudança	4,000
		5 - Não tem muita convivência	3,000	6 - A mãe dificulta	3,167
				5 - Não estou no dia a dia	3,800
				5 - Ser presente	3,600
				5 - Bom separar da mulher	3,600
		5 - Saudade	3,400		
		4 - Desejo da guarda	3,259		
		4 - Afeta o filho	3,250		
		4 - Tristeza	3,250		

Em virtude da separação, há uma “garantia implícita” da guarda dos filhos por parte da mãe – costumeiramente, leva-se em conta que a mulher é considerada mais apta a cuidar dos filhos. O afastamento do pai gera nos homens-pais que são separados um sentimento de encapsulamento no papel do provedor, cabendo-lhe a obrigatoriedade do pagamento da **pensão alimentícia** (f = 10, ome = 4, 600).

A pensão alimentícia apresenta-se na pesquisa como um elemento que está fortemente articulado à condição de ruptura conjugal e à pobreza. Muitos homens sentem a paternidade aniquilada exatamente pelas dificuldades, ou até mesmo pela impossibilidade, de pagar a pensão aos filhos, como pode ser observado nos seguintes relatos:

*Se você num puder dar a despesa num mês ela num quer que você veja o menino... Aí fica tudo complicado por causa disso.*

(Sandro)

*Só vou poder ter contato físico com meus filhos quando arrumar um emprego, aí sim eu vou poder ter uma forma de ajudar eles, ajudar meus filhos.*

(Silvio)

Dessa forma, pode-se perceber que a pensão alimentícia se apresenta como passaporte para o convívio entre pais e filhos no contexto de famílias em situação de ruptura conjugal e de pobreza. Tal concepção está fortemente ancorada no modelo tradicional de paternidade, em que o pai é apenas o provedor material; porém, quando o pai separado é pobre e não consegue exercer esse papel, sente a sua paternidade aniquilada.

Entre os elementos de contrastes, os participantes reiteram que ser pai em um contexto de separação é **diferente** (f = 5, ome = 2, 200) da paternidade no casamento e implica na redução do convívio, pois afirmam que **não tem muita convivência** (f = 5, ome = 3, 000). As afirmações são reforçadas no último quadrante, quando os sujeitos evocam as expressões **mudança** (f = 6, ome = 4, 000) e **não estou no dia-a-dia** (f = 5, ome = 3, 800)

Na periferia mais distante podem ser observados sentimentos referentes à ex companheira, quando os participantes evocam que é **bom separar da mulher** (f = 5, ome 3, 600). Neste momento, declaram que gostariam de se separar apenas da companheira e que não queriam se afastar dos filhos, mas **a mãe dificulta** (f = 6,

ome = 3, 167) a convivência do genitor com a prole, o que também **afeta o filho** (f = 4, ome = 3, 250), gerando **saudade** (f = 5, ome = 3, 400) e **tristeza** (f = 4, ome = 3, 250).

Brito (2008) enfatiza que deve haver uma possível diferenciação entre o rompimento conjugal e a manutenção da parentalidade, o que possivelmente reduzirá os ressentimentos entre os ex companheiros e, conseqüentemente, com a prole. No entanto, não foi isso que os sujeitos apontaram como uma prática comum em suas experiências.

Por fim, os participantes evocam o **desejo da guarda** (f = 4, ome = 3, 259) dos filhos como forma de reclamar a desigualdade entre homens e mulheres no que diz respeito à custódia da prole, destilando, assim, uma crítica ao sistema judiciário, que segundo Ridenti (1998), provoca a formação intocável de um gueto feminino diante do poder, praticamente exclusivo, de obter a guarda dos filhos.

Enfim, no que se refere à representação social da paternidade em um contexto de ruptura conjugal, é possível inferir que a vivência da paternidade é fortemente abalada pela separação. Os participantes relataram dificuldades em repensar novas posturas e práticas parentais que favoreçam o exercício paternidade para além do roteiro herdado pela cultura patriarcal, onde ficam aprisionados a ser pai apenas diante do pagamento da pensão alimentícia. Nesse sentido, os sujeitos concebem o exercício da paternidade pós-separação como um desafio doloroso diante do emaranhado jogo de poder com a mãe de seus filhos.

## 4.2 Entrevistas

### 4.2.1 Os homens-pais entrevistados

Considera-se interessante que, antes de iniciar a análise e discussão dos resultados obtidos nas entrevistas, seja realizada uma descrição mais detalhada das características pessoais e do contexto em que os sete sujeitos entrevistados estavam inseridos no período da coleta de dados (de maio a agosto de 2009). A descrição parece relevante para que o leitor possa ter uma visão mais integrada da relação entre grupo de sujeitos e objeto de pesquisa, que constituem os elementos fundamentais para a construção de uma representação social.

Silvio tem 28 anos. Estudou até a sétima série do ensino fundamental e, no momento da aplicação do questionário de associação livre, trabalhava como auxiliar de cozinha. Dois meses após, quando foi realizada a entrevista, afirmou ter sido demitido do antigo emprego e estava realizando um trabalho esporádico em uma estamperia, onde recebia uma remuneração mensal em torno de cento e trinta reais. Conviveu por sete anos com a mãe dos seus três filhos (uma menina de 8 anos e dois meninos, com idades de 10 e 4 anos) e alegou que a não aceitação da separação pela ex mulher fez com que ela inviabilizasse a relação com os filhos. Acredita que o fato de não ter um emprego fixo e não contribuir com a pensão alimentícia o impede de participar da vida dos filhos, o que o faz sentir um grande temor, ao pensar que os filhos não o consideram um bom pai, pelo fato de não poder ajudá-los. Quando abordou esse assunto, emocionou-se e chorou bastante. No momento da entrevista, não possuía nenhuma relação afetiva e morava numa casa de dois cômodos com o irmão mais novo no bairro de Santo Amaro, situado na cidade do Recife.

Sérgio tem 39 anos. Estudou até a quarta série do ensino fundamental e, no momento da entrevista, trabalhava como segurança e recebia um salário mínimo como remuneração (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Foi casado legalmente por doze anos com a mãe dos seus quatro filhos (duas meninas, com idades de 14 e 21 anos e dois meninos, de 16 e 18 anos). Acredita que a ruptura conjugal com a esposa não afetou muito a relação com os filhos, porque sempre fez questão de morar próximo e, assim, pode vê-los todos os dias. Atualmente, mora com outra companheira, com quem convive há nove anos, mas optou por não ter mais filhos, porque teme que uma nova separação o faça sofrer novamente e lamenta por não morar mais junto com os filhos. Ressalta que a atual companheira tem uma excelente relação com a ex mulher e com os filhos, o que facilita bastante a convivência familiar. Mora no Bairro de Vila Rica, em Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife.

Saulo tem 32 anos e estudou até o segundo ano do ensino médio. No momento da entrevista, trabalhava com carteira assinada na função de auxiliar de serviços gerais e recebia um salário mínimo (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Tem um filho de 7 anos de idade, fruto de uma união estável que durou quatro anos. Mostrou-se muito incomodado quanto à garantia dos direitos dos homens-pais e argumentou que a justiça desmerece os seus direitos de pai separado, alegando que

seu desejo de obter a guarda do filho nunca foi levado em consideração. Também se sente injustiçado com relação à obrigatoriedade de efetuar mensalmente o pagamento da pensão alimentícia, pois acredita que essa quantia em dinheiro se transformou em benefício para a mãe do seu filho, e não para o seu descendente. No momento, mora com outra companheira e se recusa a ter outro filho quando pensa na possibilidade de se separar novamente e voltar a sofrer a ausência da convivência diária com a prole. Durante a aplicação do questionário, morava no mesmo bairro que o filho, o que facilitava a convivência e a participação na vida do seu descendente. Já na entrevista, informou que se mudou de bairro e que o distanciamento repercutiu na convivência com a prole. Atualmente, mora apenas com a companheira no bairro da Estância, na cidade do Recife.

Sandro tem 27 anos e realiza trabalhos como diarista numa empresa de recuperação de móveis, na função de estofador, e recebe, aproximadamente, seiscentos reais por mês. Tem quatro filhos, todos do sexo masculino, com idades de 10, 8, 6 e 4 anos, sendo que os três mais velhos são frutos da união com a atual esposa, de quem passou um período separado quando viveu uma união estável de quatro anos com outra companheira, a mãe do seu filho mais novo. Relata ter uma relação muito conturbada com a ex companheira e que já foi impedido de conviver com o filho, quando ela desapareceu com a criança por um mês, ocasionando um forte sofrimento e uma preocupação constante no exercício da sua paternidade. Atualmente, mora no bairro de Piedade (Jaboatão dos Guararapes – Região Metropolitana do Recife) com a mãe dos seus três filhos mais velhos e gostaria de conviver mais com o filho mais novo, com quem alega ter uma excelente relação, participando ativamente dos cuidados e educação dele, que está sob a guarda da genitora.

Silas tem 32 anos e não pôde estudar, pois, desde criança, precisou trabalhar na roça para ajudar os pais a garantirem a alimentação da família. Há aproximadamente quinze anos trabalha como vendedor de pipoca, de onde obtém uma renda que gira em torno de trezentos e cinquenta reais por mês. É pai de quatro filhos, sendo um menino com 13 anos e três meninas com idades de 10, 8 e 6 anos, frutos de uma relação de seis anos com a ex companheira, que ficou com a guarda dos dois filhos mais velhos. Já os dois mais novos ficaram sob os cuidados de uma tia materna, situação que muito o incomoda, pois gostaria de ficar com a guarda desses filhos. Atualmente, mora no Bairro do Ibura, na cidade do Recife, com

a atual companheira, e não quer mais ter filhos, pois considerou muito traumática a experiência de se separar e de não estar presente no dia-a-dia da prole.

Simião tem 40 anos e mora sozinho no Bairro de Caetés, na cidade de Abreu e Lima – Região Metropolitana do Recife. Tem um trabalho formal como porteiro e recebe uma remuneração de quinhentos reais mensais. Tem um filho de 4 anos de idade, que foi fruto de uma relação de três anos com a ex companheira, com quem atualmente possui uma relação amigável, o que facilita a relação com o filho, baseada, segundo ele, em muito afeto, mas que sente muita falta da convivência diária com o filho.

Sebastião tem 41 anos. Estudou até a terceira série do ensino fundamental, mas se considera analfabeto, pois só consegue assinar o nome, não sabe ler nem escrever. Tem cinco filhos, frutos de relações com três companheiras diferentes. No momento, mora com a atual companheira e a filha mais nova. Está sem trabalho há seis meses e sobrevive com a ajuda dos familiares, motivo que fez com que não pagasse a pensão alimentícia a uma das ex companheiras para auxiliar na garantia da sobrevivência de duas filhas. Esse infortúnio o levou à prisão. Ao falar sobre o episódio, durante a entrevista, emocionou-se muito e não conseguiu dar continuidade ao relato da sua experiência de pai, separado e pobre. No entanto, aceitou que o seu relato, mesmo que incompleto, fizesse parte da presente pesquisa.

#### **4.2.2 Organização dos dados da entrevista**

Ao considerar que a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) visa o levantamento de pontos interessantes no conteúdo do material coletado para a realização de uma reflexão do fenômeno estudado de forma articulada com um referencial teórico, na presente pesquisa foram identificados quatro eixos temáticos que favorecem a compreensão do todo imbricado das representações sociais acerca da paternidade no contexto da separação e da pobreza. São eles: a) concepções sobre paternidade no casamento e na separação, b) concepções sobre mãe e ex-mulher, c) sentimentos de (in)justiça e d) reflexos da pobreza na paternidade pós-separação.

Em cada um dos eixos descritos, encontram-se subcategorias que abordam temas relevantes para compreensão dos eixos temáticos e viabilizam a



sistematização das informações, de modo que a exposição dos resultados analisados possa ser feita de forma didática, favorecendo a contemplação do leitor sobre os pontos relevantes abordados pelos participantes, que auxiliam na compreensão do processo de construção da representação social da paternidade de homens-pais, separados e pobres.

A tabela abaixo facilita a visualização de cada eixo temático e de suas respectivas subcategorias.

#### QUADRO 7: Eixos temáticos e subcategorias

EIXO TEMÁTICO 1	EIXO TEMÁTICO 2	EIXO TEMÁTICO 3	EIXO TEMÁTICO 4
Concepções sobre paternidade no casamento e na separação	Concepções sobre mãe e ex-mulher	Sentimentos de (in) justiça	Reflexos da pobreza no exercício da paternidade pós-separação
<b>Subcategorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>1.1</b> Impactos da paternidade na vida do homem	<b>2.1</b> Quando a mãe dos filhos torna-se ex-mulher	<b>3.1</b> Guarda dos filhos	<b>4.1</b> Relevância do trabalho na identidade do homem-pai, separado e pobre
<b>1.2</b> Participação na vida dos filhos no casamento e na separação		<b>3.2</b> Reflexões sobre a pensão alimentícia	
<b>1.3</b> Concepção de provedor		<b>3.3</b> Ameaça da prisão diante da dificuldade de pagar a pensão alimentícia	
<b>1.4</b> Referência de autoridade na vida dos filhos			
<b>1.5</b> Sofrimento e a distância no exercício da paternidade pós-separação			
<b>1.6</b> Sentir-se desqualificado como pai diante da separação			

Vale ressaltar que os eixos temáticos não são excludentes, pois se encontram interligados no processo de construção das representações sociais dos sujeitos. Afinal, é nas relações entre esses temas e o contexto da produção do material pelos participantes que os significados das representações sociais podem ser apreendidos.

Assim sendo, o presente estudo apresentará as análises e discussões que giram em torno de cada eixo temático, sempre de forma articulada com o conjunto de eixos temáticos presentes na compreensão da representação social sobre paternidade dos sujeitos.

#### **4.2.3 Eixo 1: concepções sobre paternidade no casamento e na separação**

Este eixo temático apresenta como os participantes do presente estudo compreendem a paternidade no contexto da convivência conjugal com a mãe dos filhos, bem como a paternidade é concebida diante da separação. A partir de então, possível perceber mudanças, rupturas e permanências das concepções sobre paternidade nos dois contextos conjugais, o que viabilizará a compreensão do processo de construção da representação social da paternidade para os homens que são pais, separados e pobres.

##### **4.2.3.1 Os impactos da paternidade na vida do homem**

Tornar-se pai, para os sujeitos dessa pesquisa, é representado como uma experiência que favorece o desenvolvimento do senso de responsabilidade, que promove um amadurecimento no processo de desenvolvimento do homem, além de fomentar o sentimento de dedicação ao outro, o que repercute como uma sensação de crescimento positivo na vida do homem, tornando-se um verdadeiro marco na passagem para a vida adulta.

Tal repercussão também pode ser observada quando a paternidade é experimentada inicialmente na adolescência. Tornar-se pai é considerado pelos participantes como uma experiência positiva, permeada pelos sentimentos de felicidade e realização, mesmo se vendo diante da responsabilidade de manter uma família. Estas considerações acerca dos impactos da paternidade na vida dos homens podem ser observadas nos seguintes relatos dos sujeitos:

*Quando eu fui ser pai, eu me tornei mais responsável. A cabeça passa a ser outra. (...) Eu fui pai ainda garoto, com 15 anos. Minha primeira esposa, ela já tinha 17 anos, eu tinha 15. Então, eu não tinha cabeça, mas eu sempre fui procurar qual o gosto de ser pai e vi que é responsabilidade, dedicação e amor (...)*

(Sérgio)

*A mudança que eu tive foi porque antes eu sempre estudava, eu tinha 16 anos, aí eu estudava ainda e tive que parar de estudar por causa dos meninos para trabalhar e sustentar. Mas eu acho uma alegria que só! A pessoa adolescente, com 16 anos e ter o primeiro menino, assim... Foi muito alegre! Até hoje mesmo eu sou muito alegre por causa dos meus filhos. Hoje sou uma pessoa de responsabilidade.*

(Sandro)

*Quando você não é pai não quer pensar em nada, não tem obrigação com nada. Mesmo quando você não é mais menino, porque eu já fui pai homem. Aí, depois que eu fui pai, eu fiquei com muita obrigação para mim. Achei muito melhor porque virei um homem de verdade.*

(Silas)

A partir dos relatos, é possível apreender que se tornar pai, para esses homens, é concebido como uma fonte de satisfação, mesmo levando em conta o aumento da responsabilidade e das obrigações com a família, que parecem funcionar como vias de acesso a outros ganhos pessoais, tais como o amadurecimento e a construção de uma relação afetiva com o filho.

Os dados se apresentam de forma consonante com as respostas obtidas através do questionário de associação livre, em que os participantes apresentam uma representação social acerca de ser pai pautada em expressões de cunho positivo, como: “bom”, “importante”, “felicidade”, “maravilhoso”, “alegria”, “desejo” e “prazer”. Da mesma forma, pôde-se perceber as expressões “responsabilidade” e “obrigação” presentes no núcleo central desta representação.

A partir das associações, é possível inferir que os homens-pais participantes deste estudo construíram representações sociais acerca da paternidade que sinalizam uma experiência gratificante em suas vidas, o que, possivelmente, justifica a insatisfação e o sofrimento quando estes se deparam com a separação conjugal e param de conviver na mesma casa que os filhos moram. Afinal, a representação social da paternidade, no contexto da ruptura conjugal, gira em torno de palavras que traduzem uma insatisfação, tais como: “ruim”, “falta”, “distância”, “sofrimento”,

“saúde” e “tristeza”, como foram observadas nos resultados do questionário de associação livre.

#### 4.2.3.2 A participação na vida dos filhos no casamento e na separação

No que se refere à participação dos sujeitos na vida dos filhos no contexto do casamento, observa-se uma divisão bem definida no que se refere ao papel da mãe e o do pai, no que diz respeito aos cuidados diários com a prole, pois fica bastante evidente no discurso dos participantes que cabe ao pai a responsabilidade com a manutenção do lar, através da garantia da moradia e da alimentação, enquanto a mãe deve dar conta dos cuidados domésticos.

*Da minha parte, eu dava as despesas e ela cuidava dos filhos como dona de casa. E eu, um pai, tinha essa responsabilidade de botar as coisas dentro de casa, e ainda tenho... Ah, botar uma boa alimentação dentro de casa e um bom estudo para eles, tá entendendo?*

(Silvio)

*Ela fazia a parte dela de mãe, né? Eu nunca exigi da parte dela de trabalhar, deixar os meninos jogados, porque se ela se ocupasse de alguma coisa os meninos iam ficar neutro, né? Então, eu sempre batalhei, sempre eu pedia pra ela tomar conta dos filhos. Então, com o que eu ganhava dava para a gente se manter, né? Então, até hoje, como pobre, a gente tem tudo.*

(Sérgio)

*Eu saía de casa umas cinco horas da manhã e chegava quase seis horas da noite. E ela chegava em casa com ele de sete e meia, oito horas da noite. Então, isso aí de cuidar era com ela e com a mãe dela.*

(Saulo)

Porém, mesmo a clara divisão entre os papéis masculinos e femininos, o contexto do casamento permite ao homem-pai manter uma proximidade que viabiliza maior envolvimento com algumas atividades relacionadas ao cuidado, à educação e à expressão dos afetos junto aos filhos. Além disso, consideram que a convivência conjugal permite uma variedade de experiências mais amplas, que favorecem uma maior aprendizagem do exercício paternidade, tendo em vista que as trocas do casal em torno da educação dos filhos são realizadas com mais frequência.

*Era assim: é como se fosse uma escola, tá entendendo? Eu aprendia com ela, ela aprendia comigo e a gente passava isso pros nossos filhos. Então era uma criatividade e ao mesmo tempo uma sabedoria. Tava aprendendo tanto eu como pai e ela com a experiência de mãe. Então as duas coisas se juntam pra ficar uma só, tá entendendo? (...). Após o serviço, quando tava dentro de casa junto mesmo eu ajudava, até porque nós dois cozinhamos junto, porque um deles não comia verduras, então, eu que cuidava da alimentação de um e ela cuidava da alimentação dos outros dois. (...) Eu ajudava e cuidava do meu jeito: levar pro colégio, trazer e sempre ter as suas horinhas certas de dormir, de alimentação, de estudo. Tá entendendo?*

(Silvio)

*Foi uma experiência boa. Você tá ali falando com seu filho, você sai com a sua esposa e seus filhos. É bom sair com seus filhos, principalmente o homem, né? E foi uma experiência muito boa que, por mim, a gente nunca tinha acabado, principalmente com quatro filhos.*

(Sérgio)

*Mas eu sempre fui um pai presente. Mesmo quando eu saía para tomar uma com meu filho pequenininho que tava em casa, eu já chegava e queria saber dele, brincava com ele, botava ele pra dormir. Procurei ser uma criança junto dele quando ele precisava.*

(Saulo)

*Esse negócio de dar banho no neném, de dar uma mamadeira, essas coisas, eu sempre que ela tava ocupada, fazendo alguma tarefa no lar, eu tava com ele. Porque eu já sabia que a maioria do tempo, os cinco dias da semana, ela tava com ele. Eu só tomava conta dele quando chegava do trabalho e quando eu chegava do trabalho e no final de semana eu queria ficar com ele, cuidando desse lado aí também. (...) Era muito bom mesmo saber que você tem duas pessoas que eu podia dizer que amava e elas também falava isso para mim.*

(Simião)

*O cuidado, o meu, eu sempre tive cuidado com ele no tempo vago, no caso, a parte da noite, né? E de manhã, às vezes, né? E ela sempre ficou com ele, no caso quando a gente morava junto ela só cuidava do menino, porque ela num trabalhava também, ela só fazia cuidar dele.*

(Sandro)

A partir destes relatos, pode-se observar que a convivência diária com os filhos, no contexto do casamento, viabiliza certa flexibilidade no modelo tradicional de parentalidade experimentado pelas famílias pobres, principalmente no que se refere ao exercício paterno. Mesmo que o pai perceba a sua participação ancorada no papel de provedor do lar, este se permite, nos momentos de convivência familiar, executar algumas atividades ditas “femininas”, como cuidar da alimentação e dar

carinho. Além de favorecer um maior contato entre pai e filho, afastando a ideia do pai distante e severo que só pensar em prover o lar.

Quando a entrevista passou a girar em torno da temática separação, percebeu-se que os sujeitos se remetiam a uma mudança muito grande no exercício da paternidade. Foi constante ainda o relato de alguns participantes de que se soubessem as consequências da separação não teriam dissolvido o casamento, alegando que um dos principais pontos negativos da vivência da paternidade pós-separação era a redução da convivência com os filhos, o que repercutia diretamente na participação na vida dos seus descendentes:

*Foi ruim demais esse negócio de separação, viu? No interior, eu passava o dia dentro de casa, chorando, com vontade de voltar para ela de novo só pra ficar perto dos meus filhos. Foi muito ruim para mim a separação. E esse negócio de você num tá no dia-a-dia com seu filho... Eu gosto é de tá dia-a-dia de lado dos meus filhos. Não posso ver o que eles tão fazendo, não posso evitar um problema no dia-a-dia. Não foi muito bom eu sair não, foi ruim.*

(Silas)

*O cuidado que eu tinha quando ele tava próximo de mim, eu num posso ter agora. Porque o cuidado de quando a gente tá junto é aquele que a gente pega, ajuda, tá junto tudinho. Eu posso ter cuidado agora, mas num posso tá junto para socorrer para ajudar, saber por que tá chorando, o que ele quer, o que ele tá sentindo. Se soubesse que era tão ruim num tinha separado.*

(Simião)

Quando questionado como percebia a participação na vida dos filhos após a separação, Silvio deixou claro que, devido à atual falta de condições de pagar a pensão alimentícia, não podia participar de suas vidas. Segundo ele, não tinha como reivindicar um direito se não tinha condições de cumprir com seu dever de pai-provedor. O máximo que conseguia era falar com eles por telefone, quando a mãe das crianças permitia.

Já Silas disse não saber responder ao questionamento, pois se percebe distante dos filhos após a separação, apesar de ser muito apegado à prole e sofrer bastante com a situação. Relata sentir o desejar ter uma maior aproximação e aumentar a convivência com os filhos, mas ainda não saber como agir frente ao novo contexto conjugal. Diante dessa experiência, é visível o quanto alguns pais que não detêm a guarda dos filhos sentem-se desorientados em relação ao desempenho dos papéis parentais após a separação, o que também foi observado no estudo de

Brito (2008) sobre as mudanças pós-divórcio realizado com famílias de classe média, na cidade do Rio de Janeiro.

Em contrapartida, Sandro alega que a separação o obrigou a ser mais participativo na vida do filho, pois não confiava na educação dada pela ex companheira. Dessa forma, viu-se engajado em tarefas como ensiná-lo a se comportar diante dos adultos e a desenvolver uma alimentação nutritiva e nos horários corretos quando a criança estava sob seus cuidados, nos dias de visitação, o que favoreceu um aprofundamento nos laços afetivos entre pai e filho.

*Eu acho que a gente se apegou mais. E aí, quando a gente se vê, a gente faz uma festa os dois.*

(Sandro)

Ao tentar observar a participação dos pais diante da rotina que estabeleceram com os filhos após a ruptura conjugal, é possível perceber que quatro dos participantes mantêm encontros quinzenais com os filhos, que são caracterizados como o direito à visitação. Nesses encontros, relataram que se sentem implicados em deixar os filhos na escola, observar a alimentação, levar para a vacinação, botar para dormir, levar para passear, o que caracteriza um envolvimento do pai com as questões relacionadas ao cuidado e à educação da prole, não se restringindo ao papel de provedor, já que não está presente no dia-a-dia.

Vale ressaltar que as atuais companheiras também têm um papel relevante nos dias de visitação dos filhos, pois auxiliam os pais nos cuidados domésticos com a prole, principalmente quando o homem-pai está no trabalho.

Também se pode observar que, quando os pais continuam morando perto dos filhos após a ruptura conjugal, a participação se dá de forma diferenciada, como se vê nos seguintes relatos:

*Depois da separação minha rotina com eles não mudou muito porque eu tô lá 24 horas com eles. Se fosse uma mudanç a, assim, de eles lá em outro lugar e eu em outro, aí era diferente e eu ia ficar preocupado, porque quando eu chego em casa, eu procuro logo por eles. Então, eu me preocupo até com a hora que eles chegam e quando v o estudar. (...) Mas, ainda assim não é o mesmo que está casado, porque a gente num mora na mesma casa, num dorme junto.*

(Sérgio)

*A gente ainda se via todos os dias. Quando a mãe dele descia à tarde, tudinho, eu ligava para ele e dizia: venha aqui em casa. Ele gostava muito de ir para rua que eu morava, que tinha os amiguinhos da escola dele, entendeu? Era assim, eu podia dizer que era um pai participante da vida dele. (...) Eu ficava sabendo que ele foi almoçar na minha casa, foi para escola, chegou, tomou banho, brincou. Tava tudo sob controle.*

(Saulo)

No entanto, após a mudança de bairro, Saulo acredita que praticamente não participa mais da vida do filho, pois a mudança o impediu de observar a rotina da criança durante a semana, aumentando a sua preocupação com desenvolvimento moral da prole, além de perceber uma maior carência por parte do filho.

*Ele ficou mais carente. Quando me vê, vem me abraça, me beija, fica mais agarrado comigo, tá entendendo? Isso me deixa mais triste, porque eu sinto que ele sente a minha falta e eu não posso fazer mais nada. Viver com a mãe dele não dá mais para viver.*

(Saulo)

Já no caso de Silvio, como foi dito anteriormente, devido à sua dificuldade de comparecer financeiramente na vida dos filhos, não consegue estabelecer uma rotina de com a prole. O que faz perceber uma concepção de paternidade pós-separação em que a participação na vida dos filhos está condicionada a uma execução contínua do papel de provedor econômico:

*Eu não tenho mais quase rotina nenhuma, tá entendendo? Tá muito dificultoso a minha rotina com meus filhos agora, porque eu num trabalhando fixo, tá entendendo? Eu sou uma pessoa que trabalha como diarista. Então, o que eu ganho, eu ganho, o que eu não ganho... Então fica difícil até poder ajudar meus filhos por causa disso. Então minha rotina é totalmente diferente do que era antes quando eu trabalhava.*

(Silvio)

Diante deste cenário, em que uns praticamente não vêem os filhos da antiga relação, outros vêem quinzenalmente e alguns podem ver cotidianamente, todos os participantes demonstraram uma insatisfação no que se refere à convivência com a prole do casamento desfeito, e se sentem afetados no exercício da paternidade.

Ao analisar a subcategoria participação na vida dos filhos no casamento e na separação, é possível inferir que as práticas de paternidade dos participantes estão



fortemente ancoradas na concepção tradicional de pai provedor. No entanto, quando observadas quais concepções sobre paternidade orientam as práticas parentais dos homens-pais separados e pobres, percebe-se que elas também transitam por uma concepção de pai envolvido com a educação dos filhos e que cuida da prole. mesmo que em uma pequena instância.

#### 4.2.3.3 A concepção de provedor

A preocupação com o provimento aparece fortemente articulada à representação de paternidade dos participantes deste estudo, mas parece interessante considerar que o contexto em que eles estão inseridos inevitavelmente os remete a esta referência. Afinal, famílias pobres deparam-se constantemente com a necessidade de sobrevivência, sendo o provimento do lar um tema central no âmbito familiar.

Diante da ruptura conjugal, a família pobre se confronta com o desafio de redefinir os papéis parentais, o que implica em organizar o provimento e o cuidado com os filhos, que normalmente seguem as definições tradicionais de gênero, onde a mãe cuida e o pai mantém.

Vale ressaltar que o genitor que não detém a guarda enfrenta a obrigatoriedade judicial de pagar a pensão alimentícia, sendo reforçado ainda mais o lugar do pai no envolvimento financeiro para auxiliar na manutenção dos filhos. Então, ser pai separado e não possuir a guarda do filho implica na obrigatoriedade de se refletir sobre a provisão da prole.

No entanto, percebe-se o incômodo dos participantes desse estudo em se sentirem enclausurados apenas no papel de pai-provedor após a ruptura conjugal. Como se, além de terem perdido o convívio diário com os filhos, ainda tivessem que arcar com um valor mensal que muitas vezes não possuem, como fica explícito no relato abaixo:

*Sempre peguei o menino e passei o final de semana com ele. Sempre dava o máximo que eu podia dar. (...) Sempre dei cem reais a ela, né? E sempre que quando eu podia, eu dava de final de ano a roupa do menino, remédio, calçado, tudo isso. Os negócio escolar, comprava tudinho também. Aí, só porque fiquei sem trabalhar e passei um tempinho sem ter condições de dar a ela, ela me botou na justiça.(...) Ela vê que eu gosto do menino e ele gosta de mim, então,*

*ela podia deixar o menino comigo quando as coisas tão difícil pra eu dar a pensão, porque onde dá pra um cumer dá pra tudinho.*

(Sandro)

Neste relato, pode-se perceber as dificuldades do homem pobre e separado em se manter no papel incondicional de pai provedor. Afinal, ele também se vê em uma relação afetiva com o filho e gostaria de experimentar o vínculo para além da manutenção. Bustamante e Trad. (2005) afirmam que, muitas vezes, por não poder ser o provedor econômico de seus filhos, o homem tende a perder o contato com eles. Neste sentido, observa-se o esforço de Sandro para que isso não aconteça. Então, ele elabora estratégias que conciliem a manutenção e a convivência com a prole.

Apesar dos sujeitos considerarem função do pai arcar com as despesas da família, como foi visto anteriormente, a condição de pobreza coloca em xeque o lugar do homem que muitas vezes não consegue se manter nesse posto. Como não estão mais convivendo diariamente com os filhos, não conseguir mantê-los faz com que o homem se sinta fracassado. Para não perder o contato com os filhos, os participantes relatam querer afirmar a paternidade por outras vias que não seja ser pai apenas através da manutenção.

*Não tenho nem condições de dar muito, eu já tenho pouco pra passar o mês. Se eu tivesse condições eu dava mais a meus filhos. (...) Se eu pudesse morava tudo comigo... Como não posso, faço questão de ver tudinho no domingo. Mesmo assim acho ruim, eu fico de coração partido quando vão embora.*

(Silas)

É possível concluir que, assim como no estudo sobre paternidade e pobreza de Longhi (2001), o conceito de provedor é contemplado no seu sentido polissêmico, pois não está estagnado na noção de provedor econômico, transitando também pelas representações de provisão de afeto, educação e autoridade.

#### **4.2.3.4 A referência de autoridade na vida dos filhos**

Durante as entrevistas, pôde-se observar que a representação de paternidade também se apresenta fundamentada em uma idéia de provedor de autoridade e moral para as famílias pobres, o que orienta algumas práticas de paternidade após a

separação. Afinal, os participantes percebem que, diante de conflitos familiares, muitas vezes são solicitados para comparecerem como referência de autoridade na vida dos filhos.

*Então eu tô sempre ali para dar uma força a ela, dar uma palavra como pai. Quando ele tá agressivo, me chama; quando eu chego ele baixa logo o nível da bola. 'Vou chamar seu pai!' pronto, acabou-se. Entendeu? (...) Quando eles estão desentendidos, porque quando chega essa idade, se desentendem, aí eu to lá, prestando, conversando, dizendo a eles o que é ruim, o que é bom (...)*

(Sérgio)

*Todo pai tem mais moral que a mãe. A mãe é muito difícil ter moral com os filhos, ainda mais quando o filho é macho.*

(Silas)

*Hoje eu vejo muito os pais no supermercado com os meninos gritando: Hããã, gritando, esperneando. Eu acho isso ridículo, ridículo. Eu não tenho paciência não, eu acho que isso falta de moral. E moral não é mandar, moral é amar. Você tem o amor, você tem a moral. É isso aí.*

(Saulo)

*Os três me respeita, me obedece. Às vezes ela liga pra eu ir lá reclamar, eu vou.*

(Silas)

Tanto o provimento econômico quanto a referência à autoridade com os filhos parecem ser os aspectos mais solicitados pelas famílias pobres no que se refere às práticas de paternidade pós-separação. Sobre isso, Sérgio expressa o incômodo de ser pai apenas por essas vias:

*Eu só participo quando.... Posso falar, né? Normal, né? Quando eles estão brigando, tá aquele desentendimento, ou quando eles faltam alguma coisa. É quando eles me procuram também, né? E sempre eu sou pai mais nessas hora. Entendeu? Mas eles não sabem que eu tô ali pra mais, demais. Eu tô pra muito mais, porque até hoje eu num se mudei pra tá mais perto deles. Podia viajar, apareceu muita oportunidade de eu ir para São Paulo, pra Rio, construir outra vida lá fora e eu num quis por causa dessa parte, pensando neles também. Mas, eles nem sabe dessas coisas.*

(Sérgio)

Esta expressão de incômodo acerca de uma representação da paternidade que gira em torno do modelo tradicional, fortemente ancorada no conceito de

provedor econômico e moral, sugere que os participantes deste estudo desejam apresentar posicionamentos que fujam desse binômio provedor econômico-autoridade. No entanto, ainda não possuem novos repertórios para um posicionamento distinto, pois se apresentam inseguros e desorientados quanto ao comportamento que deveriam ter com os filhos após a ruptura conjugal.

#### **4.2.3.5 O sofrimento e a distância no exercício da paternidade pós-separação**

Como resultado das entrevistas, identificou-se que o desenlace conjugal pode acarretar uma série de mudanças no cotidiano e nos sentimentos dos membros das famílias pobres. Entre eles, o sofrimento experimentado pelos homens-pais que não possuem a guarda ao se depararem com o distanciamento dos filhos.

Esse dado também foi observado no trabalho de Brito (2008, p.26), que constatou uma maior procura dos homens para participarem dos grupos de reflexão para pais e mães separados. Eles atribuíam a prevalência da presença masculina nos grupos por considerarem que os homens sofrem mais após a separação devido ao afastamento dos filhos.

Entre os relatos que expressam sofrimento dos homens-pais diante da separação, destacou-se uma colocação recorrente na entrevista de quatro participantes, que era o temor em ter outros filhos e passar por novas separações, o que os obrigariam a experimentar o sofrimento de se distanciar dos filhos novamente. Revelando, assim, que tal experiência foi bastante traumática para alguns dos participantes.

*Ela até fala que quer um filho comigo, eu disse: rapaz, no momento não. Trazer um filho pra sofrer? Ninguém sabe daqui pra frente como vai ficar a convivência, porque todo casal tem seus problemas, né? Aí, quando não pensam, vai embora, quando vê, o filho tá aí. Mais um filho distante do pai. Essa hora é muito difícil e triste pro pai também.*

(Sérgio)

Evidenciaram-se durante as entrevistas vários relatos que expressavam o sofrimento do homem-pai, separado e pobre quando se viram distantes da convivência diária com os filhos, como pode ser visto nos seguintes relatos:

*Ser pai, como falei anteriormente, é algo maravilhoso. Agora, ser pai separado, é algo que dificulta em alguma coisa, porque você, principalmente pra quem tem um filho só, a gente sempre tá sentindo a ausência e sentir a ausência de uma pessoa que a gente ama é muito difícil. O tempo passa, mas a gente não esquece não. Sabendo que ele tá com vida, sabendo que você conversa com ele por telefone, sabendo que você tem um momento que vai lá e dar um abraço e te diz: papai te amo, aí você diz também: eu também te amo. Aí é muito difícil ser pai separado, no ponto de vista que você tem um filho que ama você e você sabe disso.*

(Simião)

*Mudou muito porque, às vezes a gente perde até as forças pra poder viver porque, sem amor dos filhos e sem amor da pessoa que você gostava já é difícil, tá entendendo? Imagine você pensando que seu filho tá lá, na sua casa e você tá aqui, tá entendendo? Então o que mais dói na minha mente é a distância dos meus filho sobre a minha pessoa. A diferença é essa.*

(Silvio)

*Depois da minha separação, a minha vida ficou uma vida de doido. Eu num sei... já teve tempo deu quase endoidar a cabeça por causa disso de separação, não por causa dela, mas por causa dos meninos. (...) Com a separação a vida do pai fica pela metade. É muito ruim por conta da saudade que sente, eu sinto muita falta dele, ele tando com a mãe dele lá e eu só vejo mais nos finais de semana.*

(Sandro)

Dentre as queixas manifestadas pelos participantes, deu-se destaque ao incômodo com a distância dos filhos, sendo esta insatisfação um sentimento presente no cotidiano dos pais separados. Eles alegam não saberem o que fazer para confrontar tal insatisfação, pois alguns participantes consideram que suas necessidades, na condição de pais, separados e pobres, são desprezadas pela sociedade, que apenas se preocupa com o pagamento ou não da pensão alimentícia.

#### **4.2.3.6 O sentir-se desqualificado como pai diante da separação**

Ao abordarem como se sentiam no exercício da paternidade após a separação, foi contundente o relato de alguns participantes no que se refere ao sentimento de desqualificação no que tange à paternidade pós-separação. Esse sentimento, muitas vezes, os faz se sentirem como meros coadjuvantes no “palco da discórdia” do casamento desfeito.

Brito (Op. Cit. p. 31) também percebe o sentimento de desqualificação dos pais que não obtêm a guarda pós-separação, ao ponto de um dos sujeitos de sua pesquisa cantarolar o refrão da música “Inútil / A gente somos inútil” do grupo Ultraje a Rigor (**Inútil**, Roger/Rocha Moreira). Já no presente estudo podem-se observar comentários com uma conotação bastante parecida com o que foi acima descrito:

*É porque, às vezes, a gente se sente um pai inútil quando não tá perto de um filho que a gente ama, tá entendendo? (...) Às vezes eu acho que quando a gente tá distante do filho, a gente se acha igual a ele, entende? Se acha como se fosse uma criança, a gente se acha como uma criança. Mas quando tá presente com o filho, que você tem aquela obrigação de cuidar, aí sim você passa a pensar que é pai, tá entendendo?*

(Silvio)

*Ser pai separado é ser um tio. Ser um tio de visita. ‘Oi meu sobrinho, tudo bem?’, ‘tudo’, ‘ó o dinheiro’. Acabou. É isso.*

(Saulo)

Parece haver uma grande desorientação entre os pais que não detêm a guarda da prole no que concerne ao papel parental após a separação. Desta forma, é possível perceber o levantamento de dúvidas sobre o estabelecimento da relação com os filhos após a ruptura conjugal. Afinal, relatam não saber o lugar que passaram a ocupar na vida dos descendentes, se o de uma “criança” ou de um “tio”.

A desorientação está possivelmente articulada com a representação social do exercício da paternidade fortemente ancorado numa continuidade do exercício da maternidade, como se a genitora fosse um elemento imprescindível para estabelecer as funções do pai no contexto familiar. Desta forma, diante da ruptura conjugal, o pai apresenta certa dificuldade em conceber as possibilidades do exercício paterno e sente-se incomodamente preso ao papel exclusivo de provedor econômico, como foi percebido no discurso de Sandro citado anteriormente.

#### **4.2.4 Eixo 2: concepções sobre mãe e ex mulher**

Foi interessante observar ao longo das entrevistas as claras distinções dos discursos atribuídos à figura da mãe dos filhos e à ex mulher, mesmo que os dois papéis sejam desempenhados pela mesma pessoa.

Como foi visto anteriormente, ficou evidente nos resultados do questionário de associação livre que a mãe é compreendida como um elemento central na vida dos filhos, tornando-se uma figura indispensável para o desenvolvimento de uma criança ou adolescente. Também se observa que a representação social de maternidade dos participantes parece estar fortemente ancorada na divisão do trabalho por sexo, em que cabe à mãe uma maior responsabilidade e zelo, processo educativo e estabelecimento de relação afetiva a prole.

Quando foi apresentado aos participantes da entrevista o resultado obtido na etapa anterior da pesquisa, em que as opiniões dos sujeitos oscilavam entre as afirmações “ser mãe é mais importante que o pai” e “ser mãe tem a mesma importância que o pai”, cinco dos sete participantes reiteraram a afirmação que ressalta a importância materna em detrimento ao pai.

*Ser mãe... Eu acho que depende da mãe, mas acho que a mãe é mais importante porque convive mais com o filho.*

(Sebastião)

*A mãe é mais importante porque tem o dever de participar mais, pelo fato de o pai não está presente, que o pai trabalha. Eu, por exemplo, eu trabalho treze horas por dia. Eu não acompanho meu filho em nada. Reunião escolar, pai e mestres, não participo, entendeu? Então, isso é dever da mãe. É isso aí.*

(Saulo)

Sandro ressalta que a grandiosidade de ser mãe está atrelada aos fatores biológicos, pois enfatiza a maternidade como uma experiência única, que só a mãe é capaz de gerar o filho no corpo, enquanto o pai pode ser qualquer um. Basta criar o filho que se constitui a paternidade.

Desta forma, percebe-se que as concepções sobre a mãe dos filhos se fundamentam numa superioridade materna no que concernem às relações parentais. Tal superioridade baseia-se na constatação dos homens-pais de que a mãe convive mais com os filhos, além dos aspectos biológicos que reforçam a relação mãe e filho.

Segundo Santos *et alii* (2001), a capacidade reprodutiva da mulher constitui-se no conteúdo nuclear desta crença de superioridade da mãe, “o que leva a uma postura de consagração da função materna, (...) Mesmo os discursos atuais sobre a

mulher que enaltecem sua atuação na esfera pública apoiam-se nesse núcleo percebido como um dado intocável e inquestionável” (p. 01)

Também é possível perceber que, quando os participantes se remetem à mãe dos filhos no momento em que ainda eram suas companheiras, na maioria das vezes, elas são associadas às lembranças positivas, em que as virtudes da mãe são ressaltadas pela sensação de se ter uma família completa.

*Quando Deus me deu uma oportunidade foi que eu vim botar ela dentro de casa com meu próprio filho. Aí sim, eu tinha uma família completa e hoje eu num tenho mais.*

(Silvio)

*Ela sempre tomou conta da casa, tudinho, da casa, dos meninos. Ela era quem mais tomava conta, ela sempre foi mãe, sempre soube ser mãe e me deu uma família.*

(Silas)

A representação de que a presença da mãe no seio familiar tem o poder de congregar a família parece estar fortemente ancorada na idéia de que cabe à mulher a autoridade de manter a unidade doméstica do grupo familiar. De acordo com os estudos de Sarti (2007), Scott (1990) e Zaluar (1985), a autoridade feminina vincula-se à valorização da maternidade na constituição e manutenção do universo simbólico familiar dos pobres, o que também é afirmado.

Alguns participantes relatam uma relação conflituosa com a mãe de seus filhos desde o casamento. Mesmo assim, falam que tentaram manter a união por um tempo, com o intuito de privilegiar a convivência com os filhos. No entanto, quando se separaram, perceberam uma mudança para pior na postura da mãe dos filhos no que se refere às atitudes de tentar impossibilitar o exercício da paternidade após a ruptura conjugal.

#### **4.2.4.1 Quando a mãe dos filhos torna-se ex mulher**

Com a exceção de Sérgio e Simião, que alegaram ter uma relação boa e saudável com as ex companheiras, o que muito facilitava a relação e a convivência com os filhos, os demais participantes foram unânimes em alegar que as relações



com as ex cônjuges se transformaram numa verdadeira arena de conflitos, sendo este um dos piores desdobramentos da separação conjugal para os participantes.

A relação conflituosa com a ex-mulher faz com que os participantes estabeleçam uma nítida distinção nas concepções de mãe dos filhos e de ex esposa. Desta forma, se a mãe é vista como elemento central na vida da prole e como figura fundamental para concepção de família completa, na condição de ex esposa, ela é encarada como a peça-chave da impossibilidade de exercer uma paternidade plena após a separação.

Em vários momentos da entrevista, os sujeitos expressaram que sentem a possibilidade de viver uma relação de maior proximidade e convivência com os filhos inviabilizada pela ex-mulher, além de uma tentativa deliberada de condicionar a participação do pai na vida da prole ao pagamento da pensão alimentícia, como se pode observar nos seguintes relatos:

*Porque meu filho, quando eu falo com ele, ele fica doidinho, fica dizendo: vêm me buscar, vem me buscar! E aí num pode por causa da mãe implica, entendeu? Ela faz confusão tudinho. Se você num pode dar o dinheiro no mês, ela num quer que você veja o menino... Aí, fica tudo complicado por causa disso.*

(Sandro)

*Logo quando eu me separei ela proibiu eu de ver meus filhos. Ela não quis deixar de jeito nenhum. Eu ia lá e ela me expulsava. (...) Foi sofrimento demais, eu chorava demais. Tentava ligar pros meninos e ela desligava na minha cara. As meninas sempre ligavam escondido para eu dar a benção para elas. (...) Agora que ela me botou na justiça, eu achei melhor ainda, porque quando eu quiser ver meus meninos eu posso ver e ela não pode proibir.*

(Silas)

Quando questionados sobre o porquê desta postura das ex companheiras, os participantes relataram que elas não aceitavam a separação e se vingavam desta forma:

*Ela num aceitava, num aceitou a separação, então eu acho que ela queria que eu e meus filhos pagasse por isso. Aí, como num tô podendo pagar a pensão ela num deixa presenciar, tá junto ali junto deles.*

(Silvio)

Também fica evidente que os sujeitos compreendem as posturas das ex-companheiras como expressões do desejo de destruí-los não só no tocante à paternidade, mas na masculinidade como um todo, e que elas sempre se apoiam na justiça como forma de ameaçá-los:

*Parece que ela quando separa deseja todo o mal de você e faz tudo para lhe ver lá por baixo... Sei lá, num quer ver você se dando bem em nada. Feito é o caso dessa menina que eu me separei dela, fiquei parado sem trabalhar, aí faltei de dar o dinheiro a ela, na faixa de um mês mais ou menos sem dar, aí ela pegou e me botou na justiça.*

(Sandro)

Ao observar o emaranhado de sensações e a dificuldade de reorganizar os papéis parentais após o término da relação conjugal, é possível compreender melhor como se estruturou a representação social de ser pai separado da mãe do filho, que gira em torno das palavras: “complicado”, “ruim”, “falta”, “não convivo” e “não queria separar”, como foi anteriormente explicitado.

É possível inferir que a representação social dos participantes sobre paternidade e separação está fortemente ancorada nos conflitos de gênero das relações parentais, em que a mulher exerce o poder de apropriação do filho pela maternidade, impedindo que o pai possa existir após a ruptura conjugal, caso este não se inscreva como provedor econômico do novo arranjo familiar.

#### **4.2.5 Eixo 3: sentimentos de (in)justiça**

(...) a injustiça é uma onda de 10 metros que te arranca de dentro de si e faz tudo se apagar. Falta chão, falta ar, falta voz. Você perde o prumo, perde o rumo, não sabe mais para onde fica o céu. Por eternos três segundos, você prova o terrível gosto da água do mar, o gosto do sal, da areia e da morte. A razão e os sentimentos submergem e afloram os seus profundos instintos. É você do avesso, primitivo, em carne viva. Esse sentimento veio morar comigo.

(A MORTE INVENTADA, 2009)

O trecho acima, retirado do documentário *A morte inventada*, é o relato de um pai que experimentou uma situação de alienação paterna e descreveu como representa a injustiça. A intensidade do sentimento também foi identificada nos discursos da maior parte dos participantes deste estudo, que se revelou em uma série de comentários que expressavam sentimentos e ressentimentos relativos à

justiça, englobando os direitos e os deveres dos homens e das mulheres no que se referem ao exercício da parentalidade após o desenlace conjugal.

Entre os sentimentos relacionados ao âmbito jurídico, é possível perceber a sensação dos participantes de estarem na constante iminência de serem repreendidos pela justiça. Para eles, quando o tema abordado é a parentalidade após separação, essa instituição tem uma maior inclinação para acolher as mulheres e não apresenta disponibilidade para refletir e defender as questões relacionadas à paternidade para além do viés econômico.

As representações sobre justiça para os homens-pais, separados e pobres, ensejam temas relacionados à preferência destinada às mulheres na guarda dos filhos, à obrigatoriedade de pagar a pensão alimentícia para a prole e ao temor de serem presos, caso não consigam pagar os alimentos aos seus descendentes.

#### **4.2.5.1 A guarda dos filhos**

No estudo de Ridenti (1998) sobre a desigualdade de gênero nas relações conjugais diante da custódia dos filhos, fica evidente que o cuidado com a prole continua sendo uma tarefa feminina e que os homens se inscrevem como meros coadjuvantes nesse processo. Para a autora, a desigualdade é reiterada pela justiça, pois só garante a guarda ao homem se for comprovado que a mãe é incapaz de cuidar do filho.

Esse posicionamento jurídico, que reforça os papéis tradicionais de gênero, parece estar no centro das representações sociais dos participantes do presente estudo sobre a justiça, como pode ser observado no seguinte relato:

*Meu filho tá malcriado, tá indo por um lado que eu não gosto. A mãe vê e não faz nada, a avó pior ainda e a lei não procura ver isso porque sempre dá direito para a mãe. Se ela tá trabalhando pra ter condições de manter o filho dela, então eu tenho, eu trabalho e ainda tenho a minha mulher que pode me ajudar a cuidar dele, mas a lei não me dá esse direito. (...) Meu filho, pensei já que ele tava desnutrido, porque a mãe sai para trabalhar de manhã e chega de noite, não se preocupa com hora de escola, de refeição, nada disso. E aí eu fiquei muito chateado, com estresse com isso, mas vou fazer o que? Se a lei só defende ela! É isso aí. (...) Se ele morasse comigo minha vida seria ótima, maravilhosa. Eu seria feliz.*

(Saulo)

No relato de Saulo pode-se perceber o sentimento de injustiça experimentado por esse pai, pois não se sente alvo das intervenções jurídicas para obter a guarda do filho. No entanto, é interessante observar que, apesar da expressão do desejo de Saulo, Sandro e Silas em possuírem a custódia da prole, nenhum deles mencionou a possibilidade de requisitar o direito judicialmente. Assim, pode-se inferir que o homem-pai, separado e pobre, não vislumbra o trânsito de suas solicitações nas varas de família, por considerar essas instituições voltadas apenas para o direito das mulheres.

Também chamou atenção a ausência de uma discussão no que diz respeito à guarda compartilhada, que não foi mencionada durante as entrevistas nem por aqueles que desejam a custódia da prole. Levando-se em consideração que a guarda compartilhada garante uma maior convivência de pais e mães com os filhos após a separação, esta pode se apresentar como uma estratégia de ampliar o convívio dos homens-pais com os filhos quando o casamento finda. No entanto, a ausência da discussão no presente estudo, pode ser justificada por uma falta de informação dos sujeitos sobre essa possibilidade de guarda, ou essa estratégia pode parecer inadequada para o contexto de pobreza dos participantes.

O relato de Silas, no que se refere ao desejo de possuir a guarda dos filhos, está relacionado com a configuração que a sua família apresentou após a separação. Dois dos seus quatro filhos ficaram sob os cuidados de uma tia materna depois da ruptura conjugal do participante com a mãe dos seus descendentes. Silas relata se incomodar com a situação e acha que o certo era ele ficar com a guarda dos filhos que estão com a tia, mas alega que a mãe prefere deixar os filhos com outro parente do que com o próprio pai.

*Se ela num quer, num tem condições de criar, me dava que eu ficava com os meninos e criava. Eu peço a ela direto e ela nunca dá. Diz que vai dar, depois diz que não vai dar mais. (...) Se eu fosse um caba com dinheiro, fazia tudo para tomar os meninos dela pra morar comigo. Fazia de tudo, mas não tenho condição.*

(Silas)

A situação apresentada por Silas é um fenômeno muito próprio das famílias em situação de pobreza, que a antropóloga Claudia Fonseca (1995) denominou de “circulação de crianças”. O fenômeno é caracterizado pela experiência de famílias

pobres que possuem crianças que vivem parte da infância ou juventude em casas que não são dos seus genitores.

Apesar da autora acima enfatizar que a maioria das famílias pobres já se vira envolvida no processo de circulação de crianças, Silas expressa seu desconforto com a situação, pois se sente desprestigiado na sua condição de pai e acredita que a mãe dos seus filhos não o favorece a guarda da prole pela sua condição de homem, que no senso comum não está associado ao cuidado e educação.

Dessa forma, pode-se mais uma vez perceber que o modelo tradicional da paternidade interfere diretamente nas posturas parentais de famílias pobres, que apresentam uma representação de paternidade distanciada da capacidade do homem de cuidar da prole. No entanto, quando o homem-pai, separado e pobre, expressa o seu desejo de possuir a guarda dos filhos, o que também pode ser observado no questionário de associação livres, ele deixa claro que o conteúdo de suas representações sociais de paternidade não está totalmente fincado na idéia de pai provedor econômico e moral.

#### **4.2.5.2 Reflexões sobre a pensão alimentícia**

A pensão alimentícia é representada pelos participantes em um sentido amplamente polissêmico, pois ora é concebida como um direito do filho e dever do pai, ora como o único elemento que permite participar da vida da prole após a separação, e ainda como um meio de vida da ex companheira. Os sujeitos também realizaram uma reflexão sobre as dificuldades de arcar com este dever diante da situação de pobreza.

No que se refere à concepção da pensão alimentícia como direito dos filhos e dever dos pais, os participantes apresentaram os seguintes argumentos:

*É um direito dos meninos, porque é para alimentar os meninos, né? Alimentar, comprar remédio, pra comprar as coisa da escola, ter dinheiro pra comprar danoninho, que eles gostam muito de danoninho, maçã. É pra esses negócios de criança.*

(Silas)

*Eu acho essa coisa de pensão alimentícia de maneira positiva. Era uma coisa que num era nem para ser imposta pela lei, pois é obrigação de todo pai. Eu acho que o cara que tem a consciência que botou um filho no mundo, eu acho que isso é responsabilidade dele. Também depende muito da dignidade do homem, do caráter*

*dele. Eu acho que isso é o compromisso, responsabilidade e o dever do homem.*

(Simião)

Diante dos relatos, percebe-se que a obrigatoriedade do pagamento da pensão alimentícia pelo pai não é questionada pelos participantes, pois a percebem como uma contribuição vital para a vida dos filhos, que está plenamente articulada ao exercício da paternidade após a separação.

No discurso de Simião, que foi acima exposto, pode-se observar uma representação de paternidade fortemente ancorada no tradicional papel de provedor econômico. O participante ainda afirma que não ocupar este posto nas relações parentais repercute diretamente na dignidade do homem. A partir daí, é possível inferir o rebatimento que o não pagamento da pensão pode causar na vida e na moral do homem pobre.

Já quando a pensão é concebida como a única via de acesso para a participação do pai na vida dos filhos, ela passa a ser avaliada pelos sujeitos como um veículo de poder feminino para continuar intermediando a relação pai e filho.

*Hoje em dia a lei vai mais por esse negócio de pensão alimentícia e eu num tenho muito essa condição de vida, aí ela num quer que eu veja os meninos. (...) Quando eu puder pagar eu vou poder ajudar eles de alguma forma, ajudar meus filhos. A não ser isso, eu fico de mão amarrada sem saber o que fazer com essa regra dela.*

(Silvio)

Esse condicionamento da convivência do pai com os filhos mediante o pagamento da pensão alimentícia apresenta-se como uma forma cruel de aprisionamento do genitor ao exercício da paternidade exclusivamente pelo viés econômico, inviabilizando, assim, a possibilidade da construção de uma relação afetiva entre o pai e a prole. Desta forma, a separação, mediante o não-pagamento da pensão alimentícia, pode representar para o pai pobre o fim da sua participação na vida dos filhos.

Vale ressaltar que o impedimento de ver o filho devido o não pagamento da pensão alimentícia não é visto pela justiça como uma atuação legal, no sentido da legalidade jurídica, haja vista que isso infringe o direito de crianças e adolescentes, previsto em lei, de conviver com os pais após a separação. Como podemos perceber, nas disposições gerais do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, no

capítulo III, que trata do direito à convivência familiar e comunitária: “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder” (ECA, Art. 23º)

Os participantes também argumentam que essa postura ilegal da mãe em dificultar a convivência de pais e filhos devido ao não-pagamento da pensão, coloca o homem-pai, separado e pobre, numa condição de sujeição à ex mulher, como pode ser observado no seguinte relato:

*Eu me sinto um Zé ninguém. Eu não posso fazer nada além de cumprir. É isso aí, eu fico sempre dependendo dela, eu tô aos pés dela.*

(Saulo)

Outro tipo de desconforto é pontuado por Saulo. O participante argumenta que não se sente confortável para proferir o pagamento da pensão alimentícia do filho em dinheiro para ex mulher, pois considera que a ex companheira não deve ter acesso a esse valor. Mas, ainda assim, gostaria de garantir o direito do seu filho através da doação mensal de alimentos *in natura* e do pagamento dos custos da prole com a saúde, educação e lazer. A resistência em efetuar o pagamento em dinheiro à ex mulher é justificada pela má administração da pensão pela mãe do filho.

*A mãe pega o dinheiro, estoura, faz e acontece. Essa pensão não é dada para o meu filho, é dada para mãe dele. (...) Se fosse para o meu filho, tudo bem, eu acho até que era pouco, mas quando penso que essa pensão virou meio de vida da mãe dele, eu morro de raiva!*

(Saulo)

Pode-se perceber aí que a pensão alimentícia se apresenta como mais uma fonte de intrigas na arena de conflitos no jogo de poder entre homens e mulheres para o exercício da parentalidade após separação.

#### **4.2.5.3 A ameaça da prisão diante da dificuldade de pagar a pensão alimentícia**

*Você já pensou o caba desempregado, num ter como dar cem conto e ser preso, ficar lá no meio de quê? Marginal perigoso, levando tapa... Num concordo com isso aí não!*

(Sebastião)

O relato de Sebastião traz a indignação da experiência de ter sido preso mediante o não pagamento da pensão a uma de suas ex companheiras e demonstra o temor de ser preso novamente, pois, durante a entrevista, encontrava-se mais uma vez sem condições de arcar com os alimentos da prole.

Percebe-se que a condição pai, separado e pobre, confere ao homem a constante sensação de medo, ameaça e instabilidade. Afinal, a repercussão do não pagamento da pensão alimentícia aos filhos pode ser devastadora na vida dos homens, tendo como consequência o impedimento da ex companheira de conviver com os filhos ou ser preso.

A execução dos alimentos está prevista tanto no Código de Processo Civil (arts. 732 a 735) como na Lei de Alimentos (Lei 5.478/68, arts. 16 a 19) e dispõe para o credor duas modalidades de cobrança: a expropriação e a **prisão** do devedor. No entanto, o contexto sócio-econômico do credor, no caso desse estudo, o pai, é levado em consideração apenas no momento em que se estima o valor da pensão que será destinada aos filhos. Nos casos de descumprimento, os critérios de cobrança não levam em consideração as condições financeiras e de trabalho do homem-pai.

*Eu me sinto como se a qualquer momento eu fosse ser preso. Eu acho que a justiça... (choro) Isso não é direito. Se o cara tivesse trabalhando, mas o cara tá parado, ele vai dar como? Vai roubar, é? Essa educação, minha mãe num me deu não.*

(Sebastião)

Mais uma vez, surge no relato dos participantes a sensação de não se sentirem amparados pela justiça, pois esta não compreende o contexto sócio-econômico do homem pobre. Sobre isso, Simião profere a seguinte crítica ao poder público:

*Eu acho que é algo que os governadores deviam olhar mais para esse lado aí, porque eles cobram tanto de uns pais que num pode chegar e cooperar com a pensão alimentícia, mas na mesma hora ele num quer olhar o outro lado também. Esses homem muitas vezes num tem como arrumar dinheiro que eles num tem trabalho nenhum. E aí? Vai fazer o que?*

(Simião)



Para Thuler (2006), o Direito de Família surgiu com propósito de proteger o patrimônio associado às relações conjugais. No entanto, “a legislação sobre a família revelou grande funcionalidade para preservar uma estrutura cultural, política e economicamente sexuada, assegurando, dialeticamente, a manutenção de padrões não-igualitários nas relações sociais de sexo” (THULER, op. cit).

De acordo com a autora acima e com os estudos de Ridente (1998), o aparato jurídico reforça a manutenção das desigualdades de gênero, fazendo com que muitas vezes o homem se inscreva compulsoriamente no intocável papel de provedor econômico, mesmo que não tenha condições para tal. O que não significa que o pai que não detém a guarda não deva contribuir para a sobrevivência da prole. O que os participantes desse estudo argumentam é a necessidade de uma avaliação do contexto sócio-econômico do pai que não consegue arcar com os alimentos dos filhos.

Sendo assim, apesar de todas as considerações realizadas acerca do contexto de pobreza em que os participantes deste estudo estão inseridos, o próximo passo da análise de dados vai dedicar uma maior atenção às implicações da pobreza na vivência da paternidade após a ruptura conjugal

#### **4.2.6 EIXO 4: Reflexos da pobreza no exercício da paternidade pós-separação**

De acordo com o estudo de Sarti (2007) sobre a moral dos pobres, o papel de provedor delegado ao homem apresenta a seguinte característica:

Torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam ao seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do trabalho que a absorve. (SARTI, 2007. p.67)

A observação realizada pela autora acima, quando estendida ao contexto de ruptura conjugal das famílias pobres, coloca o homem-pai ainda mais numa posição de vulnerabilidade. Se ele se limitar ao papel de provedor econômico, quando não conseguir arcar com as despesas, praticamente irá se despedir da paternidade, haja vista que não há uma convivência diária com os filhos.

É neste sentido que os participantes deste estudo parecem despertar para a relevância de outras formas de se experimentar a vida com os filhos após a separação, para não abrir mão completamente de sua paternidade.

Mas, em paralelo ao forte desejo de ampliar as possibilidades de se experimentar a paternidade após a separação, a concepção de ser um provedor ainda está fortemente presente na representação social dos participantes sobre o que é ser pai. E o impedimento do exercício pleno de provedor gera uma grande frustração nos sujeitos, como pode ser visto no relato de alguns participantes quando questionados como é ser pai diante do contexto de pobreza em que vivem:

*Apesar das dificuldades financeira, que impede tanta coisa da gente fazer e querer para uma pessoa que a gente gosta e em se tratando de um filho, eu acho que isso aí é muito difícil em se tratando de uma renda familiar como a minha, você querer ajudar e num poder, não ter condições. Para mim é péssimo é terrível.*

(Simião)

*É ruim, é péssimo. É uma coisa... Pense numa coisa que você pode jogar para o seu pior inimigo, mesmo assim, nunca jogue para esse lado. (...) Eu às vezes nem gosto nem de lembrar do que nós já passamos, entendeu? Porque a gente só quer dar o melhor aos nossos filhos, né? E eu não pude.*

(Sérgio)

Alguns participantes também relataram que a situação de pobreza faz com que o homem pense na criminalidade como estratégia para conseguir arcar com suas obrigações de pai após a separação:

*(...) Então é daí que vem a violência, porque a gente pensa em roubar, em vender droga, se meter em confusão e em coisa errada. Isso já passou muito pela minha cabeça para eu puder dar as coisas aos meus meninos, mas se eu for fazer isso eu vou estragar a minha vida e num vou mais ter mais meu filhos, ta entendendo? E eu não quero ser assim.*

(Silvio)

*Quando seu filho tá com fome e você, poxa, quer dar uma coisa melhor e você num pode... É por isso que muita gente faz besteira, mas não vale à pena fazer besteira, né? Pegar negócio alheio, nunca peguei negócio alheio. Como pobre, a gente trabalha e vou tentando manter o sustento do dia-a-dia.*

(Sérgio)

É neste contexto que o trabalho passa a exercer um papel crucial para o exercício da paternidade após a ruptura conjugal e garante, minimamente, o pagamento da pensão alimentícia, livrando o homem-pai das repercussões que o não pagamento desta implicação jurídica pode acarretar em suas vidas.

#### **4.2.6.1 A relevância do trabalho na identidade do homem-pai, separado e pobre**

Alguns pais demonstram um extremo desconforto por não se encontrarem inseridos no mercado formal de trabalho, o que, segundo eles, interfere diretamente na garantia de pagar mensalmente o valor fixo da pensão alimentícia.

Grande parte da literatura pesquisada sobre paternidade no contexto de pobreza também enfoca o papel de provedor como fundamental na identidade dos homens-pais (SARTI, 2007; BUSTAMENTE, 2005; BUSTAMANTE, TRAD, 2005; LONGHI, 2001), o que remete a uma relevância do trabalho no exercício da paternidade de famílias pobres. Porém, o presente estudo ressalta o incômodo de alguns participantes no que se refere à inacessibilidade ao mercado formal de trabalho, pois somente este favorece uma maior tranquilidade em arcar com a obrigatoriedade financeira mensal que possui junto à prole.

*A gente depende de um emprego para poder comparecer todos os meses com os filhos. Eu não to trabalhando fixo, tá entendendo? Eu sou uma pessoa que trabalha como diarista. Se tem trabalho hoje, tu ganha, mas se num trabalhar num ganha. Então fica difícil até poder ajudar meus filhos por causa disso. Então minha rotina com meus filhos é totalmente diferente do que era antes, quando eu trabalhava. (...) O homem sem trabalho, ele não é nada. Então, eu acho que o que modificou muito também meu convívio com meus filhos foi esse negócio de trabalho, por causa de emprego, porque isso aí é o mais importante. E hoje em dia, a lei vai mais pela pensão alimentar, alimentícia, né? E eu num tenho essa condição de vida, como eu tinha antes.*

(Silvio)

Quando Silvio afirma que um homem sem trabalho não é nada, pode-se dimensionar a repercussão que o trabalho tem na vida do homem. Sarti (2007. p, 88) afirma que o trabalho é mais do que o instrumento que garante bens materiais, pois constitui o substrato da identidade masculina.

Quando a autora acima articula pobreza e trabalho, percebe que “o valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas. (...) É através do trabalho que demonstram **não** serem pobres: através de sua honestidade e disposição de vencer” (Sarti, Op. cit p. 89. grifos da autora),

Pode-se observar esta articulação nos discursos de Sérgio, Saulo e Simião, que possuem trabalho com carteira assinada e consideram que ser um trabalhador inserido no mercado formal flexibiliza a condição de pobreza.

*Hoje somos ricos, à vista do que já fomos. (...) Hoje to aqui, trabalhando de carteira assinada hoje (...)*

(Sérgio)

*Eu tenho meu salário fixo, sempre tenho dinheiro no bolso, graças a Deus! Vivo muito bem, podia viver melhor se a lei num me obrigasse a dar 140 reais por mês de pensão para a mãe do meu filho.*

(Saulo)

A relevância que o trabalho tem na identidade do homem-pai, separado e pobre, está possivelmente articulada com a representação social de paternidade dos participantes. Também está ancorada na divisão sexual do trabalho, em que cabe ao pai exercer sua principal função (prover) no espaço público, enquanto a mulher está incumbida de cuidar dos filhos no âmbito doméstico.

## 5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conjugando o material levantado nos questionários e as entrevistas com a literatura que trata da paternidade no contexto de famílias pobres, percebe-se que a separação traz uma série de mudanças na vida do homem-pai, principalmente, no que tange à relação com os filhos, podendo destacar-se a redução na convivência com aquele que não permaneceu com a guarda.

A repercussão desse afastamento é vista de forma muito evidente nas diversas expressões de sofrimento e angústias dos participantes ao perceberem o distanciamento da prole. Tal constatação remeteu a autora deste estudo ao período em que trabalhava no Projeto Justiça Cidadã (de 2006 a 2008) como mediadora de conflitos e escutava, com frequência, das mães que detinham a guarda dos filhos, comentários do tipo: “para o pai é tudo muito bom e fácil, pois é só dar a pensão alimentícia que ele cumpre com o papel de pai e pronto.”

Na época, pairava a dúvida se tal afirmação correspondia ou não à realidade. Agora, após acessar os sentidos da separação para o homem-pai, separado e pobre, afirmações desse cunho merecem ser escutadas com o filtro da crítica no que se referem às implicações de gênero que permeiam as representações sobre parentalidade após a separação.

Afinal, como afirma Vieira (2008), o exercício da paternidade e da maternidade está intimamente relacionado às questões de gênero, “sobretudo à construção do que é ser homem e ser mulher em nossa sociedade, que por sua vez é determinada pelo poder e pela divisão sexual do trabalho ao longo do nosso processo sócio-histórico” (p. 174)

No que diz respeito à paternidade, as discussões que perpassam a perspectiva de gênero remetem à reflexão de como o homem vivencia a experiência de ser pai no emaranhado jogo de relações de poder com a mulher, colocando em pauta a responsabilidade masculina diante do cuidado com a prole, não se resumindo apenas à responsabilidade em prover e à autoridade com os filhos, já que esses aspectos são tradicionalmente associados ao pai.

Respondendo ao objetivo geral deste estudo, no que se refere às condições de produção da representação social da paternidade de homens-pais que são separados e pobres, pode-se afirmar que o processo construtivo desta representação perpassa pela trajetória dos participantes na relação com mãe de seus filhos, assim como com a prole no percurso do casamento, desenlace conjugal e reconstituição familiar.

Neste percurso, a representação social da paternidade durante o casamento é concebida como uma experiência que configura a noção de família completa e remete à concepção de ser pai uma conotação muito positiva para os homens, mesmo diante das dificuldades financeiras de arcar com a prole.

Durante o casamento, foi possível perceber que a divisão sexual do trabalho ancora as atribuições do casal, no que diz respeito aos cuidados com os filhos, cabendo ao homem o provimento do lar e às mulheres o cuidado com a casa e com os filhos. Apesar de seguir um modelo de paternidade tradicional, os participantes sempre se remetem a uma aproximação afetiva com os filhos e acreditam que a convivência proporcionada pelo casamento estreita ainda mais essa relação. Sem contar que a convivência diária também favorece que o homem transite na arena dos cuidados domésticos com a prole.

Neste processo de construção da representação social da paternidade, para os participantes desta investigação, a separação se apresenta como uma verdadeira mancha na conotação positiva da paternidade, que, após a separação, passa a ser concebida como uma experiência permeada por sofrimento e muitas vezes ameaçadora, haja vista a dificuldade do ex casal em estabelecer uma nova configuração familiar.

Dando continuidade ao processo de construção da paternidade após o desenlace conjugal, as práticas de paternidade dos participantes são efetivadas pela maioria nos momentos de visita quinzenal. Tais práticas recebem orientações de uma representação de paternidade que também circula pelas esferas do afeto e do cuidado, que são executadas pelo próprio pai, mas que recebe a contribuição da atual companheira no que se refere aos cuidados domésticos.

Desta forma, foi possível identificar que as concepções e práticas dos participantes circulam pelos diversos modelos de paternidade. Apesar do exercício paterno após a separação estar muito vinculado ao pagamento da pensão alimentícia e o modelo tradicional ainda subsidiar muitas das representações da

paternidade, foi possível averiguar que os homens-pais, separados e pobres, também assumem práticas de paternidade não tradicionais, ou em transição no rumo da nova paternidade.

Essa transição foi observada diante da constatação de elementos velhos e novos dentro de uma mesma representação social de paternidade, pois permeava no discurso dos participantes o desejo de ter um maior envolvimento com os filhos após a separação, assim como foi possível observar posicionamentos de cuidados domésticos com a prole nos momentos de visitação. Porém, mesmo diante de reflexões que versam sobre a paternidade representada em uma perspectiva moderna e emergente, saltava aos olhos a constante preocupação dos pais em não conseguir arcar com o papel de provedor econômico e moral junto à prole.

A partir destas constatações, este estudo sugere a seguinte indagação: a presença de elementos tradicionais e modernos na representação social da paternidade aponta para uma mudança na representação da parentalidade de famílias pobres?

Badinter (1993) afirma que o fim da paternidade fundamentada em uma concepção patriarcal é apontada em estudos realizados com homens oriundos das classes médias e altas que apresentam posicionamentos de uma 'nova paternidade'. No entanto, foi possível perceber na presente pesquisa que o pai, pobre também precisa transitar e experimentar práticas de paternidade que vão além do roteiro paterno patriarcal, pois o seu contexto social não permite que ele ancore plenamente a sua representação de paternidade no ato de prover.

Porém, chama atenção a dificuldade dos participantes em solicitar, junto aos aparelhos jurídicos, os seus direitos de pai, na perspectiva de um modelo de paternidade moderno e emergente, como a obtenção da guarda e a garantia incondicional de conviver com a prole após a separação. A partir do exposto, é possível inferir que um dos conteúdos da representação social dos participantes sobre paternidade no contexto da separação é o desamparo das instâncias jurídicas aos homens-pais. Essa representação está ancorada na ideia de que de o poder judiciário segue os preceitos de uma concepção de que só a mãe é capaz de exercer os cuidados com os filhos.

Outro aspecto relevante é a avaliação eminentemente negativa que os participantes das entrevistas fazem sobre a sua vivência da paternidade após a ruptura conjugal. Apenas um sujeito considerou sua vivência como uma experiência

positiva, pois conseguiu manter o convívio com os filhos por continuar morando na mesma rua em que a prole vive com a ex companheira. Esta avaliação negativa expressa o quanto o conteúdo da representação social da paternidade vivida na separação e na pobreza está vinculado a uma insatisfação ancorada na dificuldade em se desvencilhar da restrição de ser pai através do viés financeiro, assim como na dificuldade de criar estratégias para estabelecer um convívio com a prole e ressignificar o novo arranjo familiar que se constitui após a ruptura do casal.

Desta forma, a presente dissertação sugere que as políticas públicas, por meio das diversas instituições de proteção e promoção do ser humano, ofereçam suporte para o favorecimento de homens, mulheres, pais e mães no que se refere ao desempenho da parentalidade nas diversas configurações familiares existentes na contemporaneidade. Afinal, como argumenta Hurstel (1999), o contexto social pode tanto apoiar como fragilizar o exercício materno e paterno no âmbito privado. No caso das famílias pobres, essas se encontram ainda mais vulneráveis e clamam por suporte do poder público.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J. La recherche Du najau central et de La zone murette dês rerepresentations sociales. In : Abric, J-C. (Org). **Méthodes d'estudes dês representatations sociales**. Erès: Ramonville Saint-Agne, 2000. Traduzido por Maria de Fátima de Souza Santos para uso de pesquisa.

ACOSTA, A.; VITALE, M. Apresentação. In: ACOSTA, A.; VITALE, M.(Orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora.. 2003, p. 11-12.

AMAZONAS, M. C. A. ET AL . Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 8, n. especial, 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722003000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 27 Dezembro de 2009.

ALMEIDA, A. M. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico-metodológicos. **Serviço Social**, v. 9, 2001, pp. 129-158.

ALMEIDA, R.L.T. **Cuidados infantis – sentidos atribuídos à guarda compartilhada**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em psicossociologia de comunidades e ecologia social). Programas EICOS – Pós graduação em psicossociologia de comunidades e ecologia social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARILHA, M., RIDENTI, S., MEDRADO, B. Introdução. In: ARILHA, M., RIDENTI, S., MEDRADO, B.(Orgs.). **Homens e masculinidades: Outras palavras**. São Paulo: Ed. 34/ECOS,1998, p.15-28

BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. **XY: Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1993.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Setenta, 1977.

BARROS, S. M. M. **Parentalidade “prematura”: um estudo sob a ótica da teoria das representações sociais**. Vitória, 2007. Tese de doutorado em Psicologia. Programa de Pós graduação em psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo.

BRASIL. Código Civil, Organização dos textos, notas remissivas e índice por Juarez Oliveira. 43ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. 7ª ed., São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – lei 8.069/90. Recife, PE: Cedca, 2001

BRITO, L. Pais de fim de semana – questões para uma análise jurídicopsicológica. **Pós-Graduação e pesquisa**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, n. 8, 1997, p. 139-152.

\_\_\_\_\_. Guarda compartilhada: um passaporte para a convivência familiar. In: Associação de Pais e Mães Separados. (Org.). **Guarda Compartilhada - aspectos psicológicos e jurídicos**. 1ª. ed. Porto Alegre: Equilíbrio, 2005, v. 1, p. 52-71.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

BUCHER, J. S. N. F. O casal e a família sob novas formas de interação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: NAU, 1999, p. 82 – 95

BUSTAMANTE, V. Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. **Psicol. estud.** Maringá, v. 10, n. 3, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722005000300007&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000300007&lng=pt&nrm=isso). Acessado em: 05/05/2008

BUSTAMANTE, V.; TRAD, L. A. B. Cuidando da saúde de crianças pequenas no contexto familiar: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232007000500014&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000500014&lng=pt&nrm=isso). Acessado em: 05/05/2008

CASTRO, W. R.; QUEIROZ, A. B. A. Paternidade: representações sociais relacionadas à infertilidade masculina. In: IV Conferência Brasileira de Representações Sociais. **Paternidade: representações sociais relacionadas à infertilidade masculina**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009, p. 187. (TRABALHOS PUBLICADOS EM CONGRESSO)

DANTAS, C; JABLONSKI, B; FÉRES-CARNEIRO, T. **Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal**. Rio de Janeiro. PUC/RJ, 2004. Disponível em <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/29/09.doc>. Acessado em 07/05/2008.

DESLANDES, Suely F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em [http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1994000500013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500013&lng=en&nrm=iso). Acessado em 08/12/2009

DIEESE. A mulher chefe de domicílio e a inserção no mercado de trabalho Região Metropolitana do Recife. **1998/2003: o perfil das mulheres chefes de domicílio**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/pedrecife/mulheres2003.xml>. Acessado em 10/04/2008.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psic.: teor e pesq.** Brasília, vol. 18, nº 1, Jan-Abr, 2002. p. 27-35

FARR, R. Representações sociais: a teoria e a sua história. In: JOVCHELOVITCH, S; GUARESCHI, P. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 31 -59

FRANCO. M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3ª edição. Brasília: Líber Livro Econômico, 2008.

FONSECA. C, **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995

\_\_\_\_\_. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 12, n.2, 2004. p.13 -34.

\_\_\_\_\_, Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, M. D. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2008, p. 510 – 553.

GRISARD, W. Guarda compartilhada: uma nova dimensão na convivência familiar. O discurso do judiciário. In: Associação de pais e mães separados (Org.). **Guarda compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos**. Porto Alegre: Equilíbrio, 2005. p. 73-87.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1993, p.67 - 110

HENNINGEN, I. Paternidade e mídia: identidade/subjetividade na cultura contemporânea. In: GUARESCHI, N. M. F.; BRUSCHE, M. E. (Orgs.). **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003

HURSTEL, F. **As novas fronteiras da paternidade**. Campinas: Papyrus, 1999

IBGE. **Censo demográfico 2000: famílias e domicílios – resultado da amostra. 2003**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 29/08/2008

IBGE. **Estatística do Registro Civil 2007**. Disponível na internet em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007). Acessado em 20/11/2009

JABLONSKI, B. Atitudes de jovens solteiros frente à família e o casamento: novas tendências? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casamento: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC/RJ. 2005. p.93 – 110

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Tradução: Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2005

LEVANDOWISKI, D.; PICINI, C. Expectativas e sentimentos em relação à paternidade entre adolescentes e adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 22, n. 1, p. 1-14, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tp/v22n1/29840.pdf>. Acesso em: 10 de jun de 2009.

LONGHI, M. R. **Ser homem, pobre e pai: a construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda**. Recife, 2001, n. páginas. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco.

LYRA, J.; MEDRADO, B. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Revista Estudos Feministas**. Dossiê Relações de Gênero e Saúde Reprodutiva. CFH/UFSC. vol. 8, nº1, 1º semestre, 2000, p.145-158.

MEDRADO, B. **A masculinidade nas propagandas televisivas brasileira**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

MINAS, A.; VITORINO, D. **A morte inventada**. Produção de Paula Vitorino, produção de Alan Minas. RJ, Carambola produção,2009. DVD. 1h17mim. Color.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

MONTEIRO, V. B (Org.). **Justiça cidadã: uma experiência de mediação de conflitos em direitos humanos**. Recife: Editora, 2009.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife, 2005

PERES, L. F. L. Guarda Compartilhada . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 60, 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3533>>. Acesso em: 20 de abril de 2009.

PERUCCHI, J. **O discurso jurídico como dispositivo de produção de paternidades**. Florianópolis, 2008. Tese de doutorado em psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A.M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia Clínica**. V.19, n. 2, 2007. p.57-69

PETRINI, J. C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V. R.S. (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades** – uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 29 – 53.

RAMIRES, V. R. **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos, 1997

RIBEIRO, A. S. M. **Macho, adulto e branco, sempre no comando?**. Brasília, 2000, n. e páginas. Dissertação (mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade de Brasília.

RIDENTI, S. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Homens e Masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p. 163-184

RODRIGUES, L. O. **Entre arranjos, circulações e rearranjos: configurações familiares no contexto da paternidade na adolescência**. Recife, 2009, n. de páginas. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pós graduação em psicologia. Universidade Federal de Pernambuco.

SÁ, C. P. Representações sociais: conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.19 -45.

SARTI, C. **A família como espelho. Um estudo sobre o mural dos pobres**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2007

\_\_\_\_\_ Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.; VITALE, M.(Orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora. 2003, p. 21 - 36

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Orgs.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. Universitária da UFAL. 2005, p. 15-38

SANTOS, M. F. S.; NOVELINO, A. M.; NASCIMENTO, A. P. O mito da maternidade: discurso tradicional sob roupagem modernizante?. In: Moreira, A. S. P. (org.) **Representações Sociais. Teorias e Práticas**. EDU, João Pessoa, 2001, p.269-293.

SCOTT, P. R. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.73, 1990. p.38 – 47.

SILVA, E. Z. M. **Paternidade ativa na separação conjugal**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira. 2005.

THURLER, A. L. Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI?. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 21, n. 3, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01029922006000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01029922006000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Dec. 2009.

TREVISAN, J. S. **Seis balas num só buraco: a crise do masculino**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998

TRINDADE, Z. A. As representações sociais e o cotidiano: A questão da maternidade e da paternidade. **Psicologia: Teoria e pesquisa**. V.9, n. 3, 1993. p.335 - 346

\_\_\_\_\_. Concepções arcaicas da maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional. **Interfaces: Revista de Psicologia**, Salvador. V. 2, n. 1,1999. p. 33 - 40

TRINDADE, Z. A.; ANDRADE, C. A.; SOUZA, J. Q. Papéis parentais e representações da paternidade: A perspectiva do pai. **Psico**, Porto Alegre. V.28, n. 1, janeiro, 1997. p.207 - 222

TONELI, M. J. F.; BEIRAS, A.; LODETI, A. S.; LUCCA, C.; GOMES, M. A.; ARAUJO, S. A.; Cambios e permanências: Investigando La paternidad em contextos de baja renta. **Revista Interamericana de Psicologia**. V. 40, n. 3, 2006, P.303 -312

VIEIRA, E. N. **Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade**. Vitória, 2008. N. de páginas. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo.

VIEIRA, D.; MARTINS, C. S.; FERRIANI, M. G. C.; NASCIMENTO, L. C. Caracterização da violência física contra crianças e adolescentes. **Revista de enfermagem**. V.12, Julho, 2004. p. 306 - 311

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.



## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo deve constar de duas vias. Uma via ficará com a pesquisadora e outra com o informante.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **Trajetórias de vida e concepções sobre paternidade dos homens-pais, separados e pobres**, que tem como objetivo investigar como os homens que são pais, separados e pobres compreendem a paternidade (ser pai) e exercem a atividade paterna junto aos filhos após a separação.

- Diante deste convite, afirmo que estou sabendo que se trata de uma atividade que participei porque quis e não recebi nenhuma remuneração (valor em dinheiro) para participar.
- As informações por mim fornecidas serão utilizadas somente para esta pesquisa.
- Posso, a qualquer momento, desistir, recusar e/ou retirar este consentimento, informando à pesquisadora, sem nenhum prejuízo. Além disto, posso definir que sejam retiradas do material da pesquisa quaisquer informações que já tenham sido dadas.
- Fui informado que a pesquisa será realizada em duas etapas: na primeira etapa serão aplicados questionários e na segunda etapa serão realizadas entrevistas.
- Fui informado e autorizei que as entrevistas fossem gravadas num gravador de som. O material gravado será posteriormente armazenado no departamento de pós-graduação em psicologia da UFPE, sob os cuidados da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Santos, orientadora desta pesquisa.
- Estou ciente que o sigilo (segredo) e o anonimato (não será revelado quem sou) serão garantidos pela pesquisadora.
- Fui informado que a pesquisa não envolve riscos ou danos a minha saúde e que em caso de ocorrência de algum desconforto emocional, por conta do tema trabalhado, se necessário, poderei ser encaminhado para atendimento na Clínica Psicológica da UFPE.
- Como benefício direto da minha contribuição nesta pesquisa, poderei participar de uma oficina temática sobre paternidade, que falará sobre a importância de ser pai para o homem e serão apresentados os resultados desta pesquisa que participei.
- A assinatura deste termo não impede que eu tenha os meus direitos garantidos pela lei.
- Caso ainda haja dúvidas, tenho direito de perguntar agora, ou assim que surgirem as dúvidas, mesmo durante a entrevista.
- Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos deste consentimento livre e esclarecido, concordo em participar como informante, colaborando, desta forma, com a pesquisa.
- A pesquisadora responsável por esta pesquisa é: **Etiane Cristine de Oliveira**, pelo endereço: Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, da UFPE, localizada na cidade universitária, s/n; telefone: (81) 21268730, celular: (81) 88239322 ou email: [etianeoliveira@yahoo.com.br](mailto:etianeoliveira@yahoo.com.br)
- Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética da UFPE, localizado no Centro de Ciências da Saúde, 3º andar - Av. Prof. Moraes Rego, 1235. Cidade Universitária, Recife/PE. CEP: 50670-901. Telefone: 21268588.

Recife, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Nome completo do entrevistando: \_\_\_\_\_

Assinatura ou impressão digital (entrevistando): \_\_\_\_\_

Responsável pela pesquisa \_\_\_\_\_

Testemunha 1 \_\_\_\_\_

Testemunha 2 \_\_\_\_\_



## APÊNDICES

### APÊNDICE I

1) Na sua opinião, ser pai é.....

Escreva as cinco (05) primeiras palavras ou expressões que lhe vierem à mente:


1.1) Por favor, coloque ao lado das palavras uma numeração que indique a ordem de importância para você.

2) Na sua opinião, ser mãe é....

Escreva as cinco (05) primeiras palavras ou expressões que lhe vierem à mente:


2.1) Por favor, coloque ao lado das palavras uma numeração que indique a ordem de importância para você.

3) Na sua opinião, ser pai e estar separado da mãe do seu filho é...

Escreva as cinco (05) primeiras palavras ou expressões que lhe vierem à mente:


3.1) Por favor, coloque ao lado das palavras uma numeração que indique a ordem de importância para você.

4) Dados pessoais:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Lugar que reside:

Telefone para contato:

## **APÊNDICE II**

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

#### **Dados pessoais**

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Ocupação

Renda:

Estado civil/ afetivo:

Quantidade de filhos:

Endereço:

Com quem mora:

#### **Confronto com os dados do questionário de associação livre**

1) Na primeira etapa desta pesquisa, perguntei a você e a outros 73 homens o que era ser pai, ser mãe e ser pai e estar separado da mãe dos filhos, e obtive s seguintes dados:

- Ser pai é...

Educação, responsabilidade, amor, cuidado, obrigação, exemplo, tudo, bom, carinho, prover, ser presente, amigo, atenção.

- Ser mãe é...

Amor, tudo, responsabilidade, mais importante que o pai, cuidado, educação, carinho, mesma importância que o pai, guarda

- Ser pai separado da mãe do filho é...

Complicado, ruim, falta, não convivo, não queria separar, distância, sofrimento, visitaçã

O que você acha desses dados? Corresponde com a forma como você compreende ser pai, ser mãe e ser pai e estar separado da mãe do filho?

2) Me chamou a atenção as diferenças entre ser pai e ser pai separado. Como você considera isso na sua vida?

#### **A descoberta da paternidade**

1) Como foi para você saber que seria pai?

2) Como era sua relação com a mãe dos seus filhos quando descobriu que seria pai?

3) O que mudou na sua vida depois que você se tornou pai?

4) Para você existem condições ideais para viver a paternidade? Se sim, quais?

### **A paternidade no contexto do casamento**

- 1) Como foi a sua experiência de ser pai quando morava com a mãe de seus filhos?
- 2) Quando você morava junto com a mãe dos seus filhos, como você percebia sua relação com a prole?
- 3) Quando vocês moravam juntos, os cuidados com os filhos eram divididos entre vocês? Se sim, como?

### **A paternidade após a separação**

- 1) Quais foram as mudanças que a separação acarretou no exercício de sua paternidade?
- 2) Como é a sua relação com seus filhos após a separação?
- 3) Como ficou sua rotina com seus filhos após a separação?
- 4) Como você percebe a sua participação na vida dos seus filhos após a separação?
- 5) Como você avalia sua convivência com seus filhos?
- 6) Como é a sua relação hoje em dia com a mãe dos seus filhos? Como essa relação interfere na sua relação com seus filhos?
- 7) Como você e a mãe dos seus filhos dividem hoje em dia o cuidado com os filhos?
- 8) Seu atual relacionamento interfere na convivência na convivência com seus filhos de sua antiga relação?
- 9) Como você avalia a sua vivência da paternidade após a separação?
- 10) Qual o significado da pensão alimentícia para você?

### **A paternidade no contexto da pobreza**

- 1) Como é para você ser pai diante da sua situação econômica?
- 2) Ser pobre e estar separado da mãe dos seus filhos interfere de que forma na vivência de sua paternidade?

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)